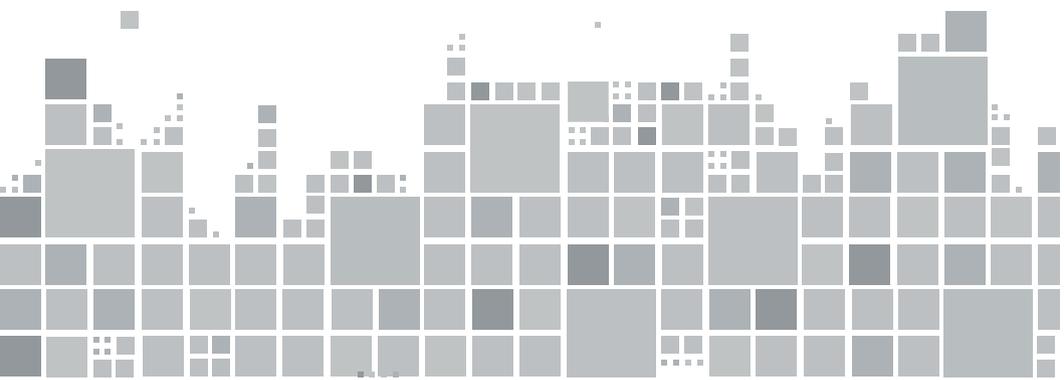


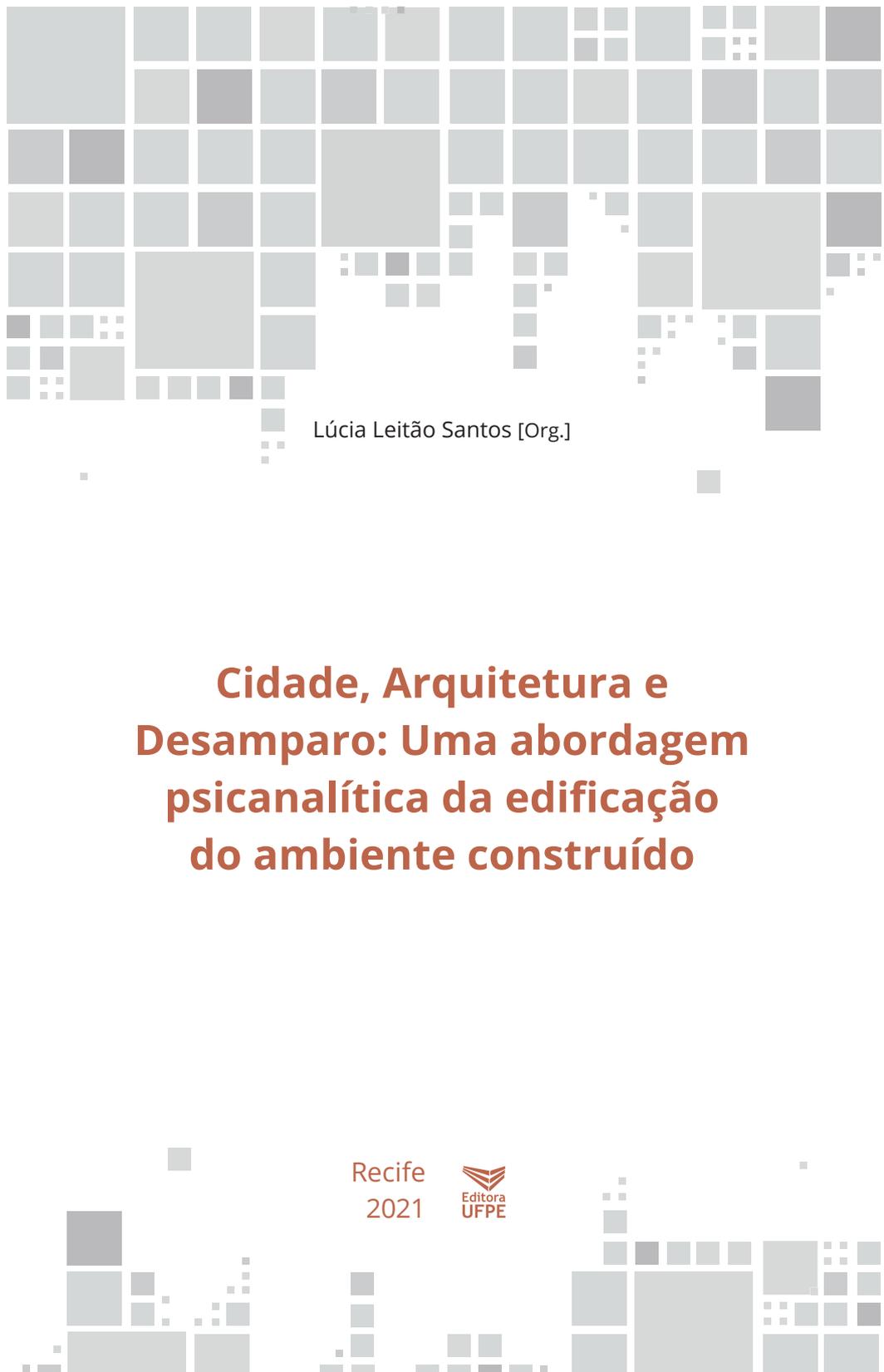
# Cidade, Arquitetura e Desamparo

uma abordagem psicanalítica  
da edificação do ambiente  
construído

Lúcia Leitão Santos [Org.]



Série Livro-Texto



Lúcia Leitão Santos [Org.]

**Cidade, Arquitetura e  
Desamparo: Uma abordagem  
psicanalítica da edificação  
do ambiente construído**

Recife  
2021



## Universidade Federal de Pernambuco

Reitor: Alfredo Macedo Gomes

Vice-Reitor: Moacyr Cunha de Araújo Filho

EDITORA ASSOCIADA À



Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias

### Pró-Reitoria de Graduação

Pró-Reitora: Magna do Carmo Silva

Diretora: Fernanda Maria Ribeiro de Alencar

### Editora UFPE

Diretor: Junot Cornélio Matos

Vice-Diretor: Diogo Cesar Fernandes

Editor: Artur Almeida de Ataíde

### Comitê de avaliação

Adriana Soares de Moura Carneiro, Ana Célia Oliveira dos Santos, Andressa Suely Saturnino de Oliveira, Arquimedes José de Araújo Paschoal, Assis Leão da Silva, Ayalla Camila Bezerra dos Santos, Chiara Natercia Franca Araujo, Deyvylan Araujo Reis, Djailton Cunha, Flavio Santiago, Hyana Kamila Ferreira de Oliveira, Isabel Cristina Pereira de Oliveira, Jaqueline Moura da Silva, Jorge Correia Neto, Keyla Brandão Costa, Luciana Pimentel Fernandes de Melo, Márcia Lopes Reis, Márcio Campos Oliveira, Márcio Vilar França Lima, Maria Aparecida Silva Furtado, Maria da Conceição Andrade, Michela Caroline Macêdo, Rodrigo Gayger Amaro, Rosa Maria Oliveira Teixeira de Vasconcelos, Shirleide Pereira da Silva Cruz, Tânia Valéria de Oliveira Custódio, Waldireny Caldas Rocha

### Editoração

Revisão de texto: Amanda Barbosa (CONSULTEXTO)

Projeto gráfico: Diogo Cesar Fernandes | Gabriel Santana

Diagramação: João Dionísio

### Catálogo na fonte

Bibliotecária Kalina Ligia França da Silva, CRB4-1408

---

C568 Cidade, arquitetura e desamparo [recurso eletrônico] : uma abordagem psicanalítica da edificação do ambiente construído / organizadora : Lúcia Leitão Santos. – Recife : Ed. UFPE, 2021.  
(Série Livro-Texto)

Vários autores.

Textos apresentados no Seminário *Cidade, Arquitetura e Desamparo*, promovido pelo Núcleo de Estudos da Subjetividade na Arquitetura (NusArq) da UFPE.

Inclui referências.  
ISBN 978-65-5962-089-0 (online)

1. Arquitetura – Aspectos psicológicos. 2. Planejamento urbano – Aspectos psicológicos. 3. Arquitetura e sociedade. 4. Arquitetura de habitação – Aspectos sociais. 5. Desamparo (Psicologia). I. Silva, Ana Cláudia Rodrigues da (Org.). II. Universidade Federal de Pernambuco. Núcleo de Estudos da Subjetividade na Arquitetura. III. Título da série.

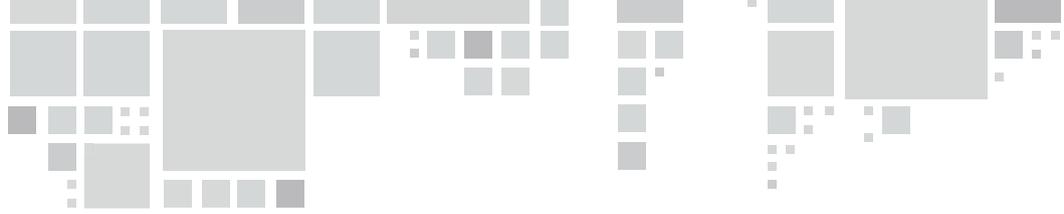
720.19 CDD (23.ed.)

UFPE (BC2022-035)

---

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons  
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.





## SÉRIE LIVRO-TEXTO

A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), pautada pelos princípios da democracia, da transparência, da qualidade e do compromisso social, assume a Educação Superior como um bem público e um direito de todas e todos. Nesse sentido, estimula a melhoria das condições do trabalho docente, a inserção de metodologias de ensino inovadoras e a articulação dos conhecimentos teóricos e práticos nas diferentes áreas do saber como instrumentos de promoção de uma formação científica, humanística e artística que prepare nossos estudantes para a intervenção na realidade, segundo o compromisso com o desenvolvimento integral e sustentável, a equidade e a justiça social. Assim, a UFPE, por intermédio da Pró-Reitoria de Graduação e da Editora UFPE, oferta à comunidade acadêmica e à sociedade mais uma seleção da Série Livro-Texto, com o objetivo de contribuir para a formação da biblioteca básica do estudante de graduação e para a divulgação do conhecimento produzido pelos docentes desta Universidade. Os 34 livros selecionados para esta coleção, que contemplam diferentes áreas do saber, foram aprovados segundo as condições estabelecidas no Edital 14/2021 (Edital simplificado de incentivo à produção e publicação de livros digitais Prograd/ Editora UFPE) e representam o esforço de discentes (de graduação e pós-graduação) e servidores (docentes e técnicos) e da gestão da Universidade em prol da produção, sistematização e divulgação do conhecimento, um de seus principais objetivos.

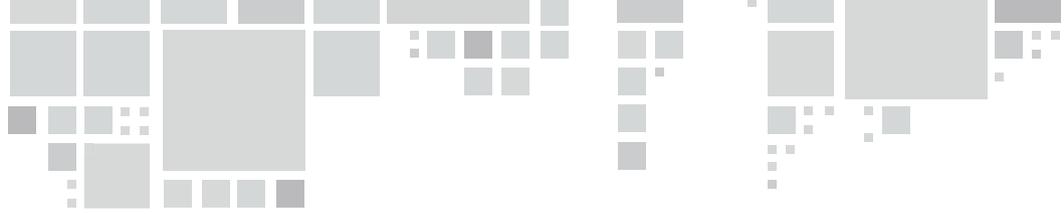
**Alfredo Macedo Gomes** – Reitor da UFPE

**Moacyr Cunha Araújo Filho** – Vice-Reitor da UFPE

**Magna do Carmo Silva** – Pró-Reitora de Graduação (Prograd)

**Fernanda Maria Ribeiro de Alencar** – Diretora da Prograd

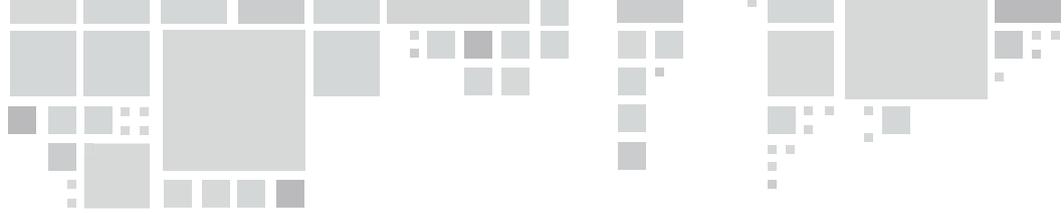




[...] é um enorme ganho se habitar e construir tornarem-se dignos de se questionar e, assim, permanecer dignos de se pensar.

Martin Heidegger  
Ensaio e Conferências

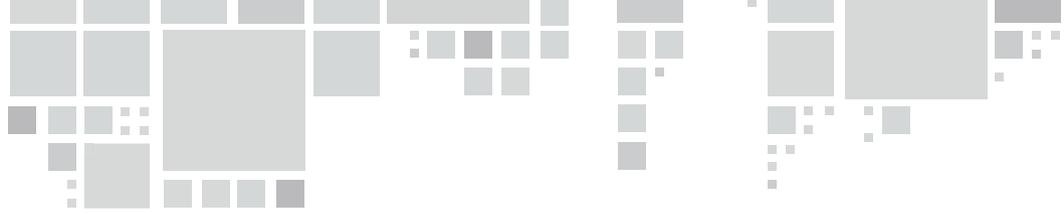




## CONTEÚDO

Apresentação 8

1. O DESAMPARO PEDE PASSAGEM 11  
Antonio Paulo Rezende
  2. ARQUITETURA E DESAMPARO: UMA EXPERIÊNCIA  
INDIVISÍVEL 18  
Lúcia Leitão
  3. O DESAMPARO ORIGINAL 32  
Guilherme Nobre
  4. DESAMPARO NA CONTEMPORANEIDADE 39  
Ana Carolina Barros
  5. DESAMPARO, CIDADE E POLÍTICA: ESPAÇOS DE  
AFETO EM TEMPOS DE POLARIZAÇÃO 48  
Lia Sabino
  6. O AMPARO E A LEI. DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA  
PARA PROJETO E CONSTRUÇÃO: UMA LEITURA  
INFORMADA PELA PSICANÁLISE 58  
Giovana Monteiro
  7. ESPAÇO E DESAMPARO EM “A OBSCENA SENHORA  
D”: UMA REFLEXÃO INTERDISCIPLINAR POR MEIO  
DA ARQUITETURA E DA PSICANÁLISE A PARTIR DA  
NOVELA DE HILDA HILST. 74  
Humberto Lima
- 



**8. O DESAMPARO: FALTA DE FILIAÇÃO E  
PERTENCIMENTO DE CRIANÇAS E JOVENS  
EM SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO 86**

Jully Ribeiro

**9. SOBRE OS AUTORES 95**

**10. SOBRE O NUSARQ 98**



## APRESENTAÇÃO

Em 2019, o Núcleo de Estudos da Subjetividade na Arquitetura (NusArq), vinculado ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano (PPG-MDU), promoveu o seminário *Cidade, Arquitetura e Desamparo*, realizado no Centro de Artes e Comunicação (CAC), situado no *campus* Recife da Universidade Federal de Pernambuco. Nesse seminário, foram apresentados os resultados preliminares da pesquisa. *As razões psíquicas da arquitetura*, desenvolvida pelo NusArq durante o triênio 2016-19, com o apoio do CNPq<sup>1</sup>.

Os textos ora apresentados são fruto daquela jornada de discussões. Agradecemos aos autores que, gentilmente, compartilharam seus textos.

Importa assinalar que estão reunidos aqui textos de pesquisadores e docentes experientes, mas também textos de pesquisadores iniciantes. Decidimos combinar experiência e aprendizado, dando, assim, oportunidade para que graduandos, mestrandos e doutorandos publiquem os resultados preliminares de suas pesquisas e reflexões.

O problema central, ao qual buscamos estar atentos tanto durante a realização do seminário quanto na apresentação desta

---

<sup>1</sup> Bolsa de produtividade em pesquisa obtida pela professora Lúcia Leitão, fundadora e líder do NusArq. Ficam aqui expressos os nossos agradecimentos ao CNPq.

coletânea, consiste em refletir sobre a relação entre a construção da cidade, a arquitetura, conseqüentemente, e o desamparo que marca a condição humana, tidos aqui como sendo parte de uma experiência indivisível.

Trabalhamos com a hipótese de que, para além da objetividade projetiva, e também funcional, constitutiva da arquitetura, há igualmente motivações subjetivas, próprias da vida psíquica, a serem consideradas, em especial o conceito de *desamparo* em sua formulação psicanalítica. É esse, pois, o escopo da pesquisa realizada e dos textos que o leitor tem em mãos.

A coletânea se inicia com o texto *O desamparo pede passagem*, que introduz a perspectiva subjetivo-psicanalítica do desamparo, definindo tal conceito ao mesmo tempo que o contemporiza. O texto de Antonio Paulo Rezende demonstra a força analítica de um pesquisador experiente que sabe como mesclar ciência, biografia e vida real.

No texto seguinte, *Arquitetura e desamparo: uma experiência indivisível*, Lúcia Leitão desenvolve o argumento de que a essência da arquitetura enquanto manifestação fenomênica consiste na elaboração da *noção de casa*, uma proposição marcadamente subjetiva. Assim sendo, muito mais do que prover o abrigo para as muitas necessidades humanas, a edificação do ambiente construído se destina a aplacar a dor do desamparo ou, em outras palavras, a tornar suportável a experiência humana de habitar a Terra.

Guilherme Nobre, em *O desamparo original*, explicita o poder das grandes narrativas humanas. Para isso, ele toma como fonte um dos escritos mais antigos: a Bíblia, mais especificamente o Livro do Gênesis. Com base na narrativa ali descrita, discute o desamparo, essa condição humana inescapável, não apenas como categoria subjetiva, mas também como categoria interpretativa.

O texto de Ana Carolina Barros, *O desamparo na contemporaneidade*, evidencia o desamparo contemporâneo a partir do modo como vivemos a cidade e como a construímos. Em consonância a essa percepção, o texto de Lia Sabino, *Desamparo, cidade e política*, por sua vez, discute a difícil relação entre a cidade e a política em sentido amplo. Sabino explicita como muitas vezes as estratégias de manipulação e opressão para construir uma cidade podem se mostrar ferozes. Em diálogo com essa perspectiva, temos o texto de Giovana Monteiro, *O amparo e a lei*, no qual a autora aborda como o sentimento de desamparo aparece na cidade aparentemente disfarçado de amparo e lei, mas que no fundo contribui para a disseminação do efeito oposto.

Sob esse mesmo prisma, mas de modo distinto, o texto de Humberto Lima, intitulado *Espaço e desamparo em "A obscena Senhora D"*, propõe uma reflexão da arquitetura e da psicanálise a partir de um dos livros de Hilda Hilst. Em seu texto, Lima mostra, à luz da literatura, como cidade e desamparo são elementos fundantes para a subjetividade e também para a arte.

Por sua vez, o texto *O desamparo: falta de filiação e pertencimento de crianças e jovens em serviços de acolhimento*, de July Ribeiro, aborda, de modo empírico, o serviço de acolhimento infantil. Nele, a autora aponta os desdobramentos de uma sociedade que pode ser mais cruel e menos acolhedora do que a imaginamos.

O NusArq registra os seus agradecimentos ao Dr. Arlindo de Souza Neto, pela sua participação, durante a realização do seu pós-doutorado no Núcleo, na elaboração da versão preliminar deste livro, bem como à Professora Doutora Dayse Martins, pela organização visual do texto.

Por fim, só resta desejar uma prazerosa leitura.

## 1. O DESAMPARO PEDE PASSAGEM

Antonio Paulo Rezende

I

Quem apostou que as utopias iam se estender deve estar atormentado. As situações-limite mostram a sociedade frustrada, com seus valores tumultuados e suas mentiras programadas. Nem pense que todos se encontram aflitos. Há quem curta o caos, com risos, nos negócios imediatos e busque seus sucessos com cinismo bem treinado. Uma sociedade possui inúmeros desejos, e o ser humano compete com as hienas. Não é um animal sem astúcias, amigo dos desfavorecidos. Gosta de conspirar. Um lembrete: não falei acima do caos filosófico. Nada contra os saberes dos que visitam as nuvens. Flutuar descansa, solta o desejo de cortejar o infinito. (Coloquei isso num texto que escrevi em 2019 e faço a revisão, agora, no caos da pandemia. Coincidência? Pecado original?)

A história não se recusa a trazer exemplos. Não se lembra de que o papa fez acordo com Mussolini? Não há quem diga que o genocídio nazista é uma farsa? A memória também apaga, distrai-se com o esquecimento. E Nero com suas loucuras especiais? Napoleão se tornou imperador, animou o nacionalismo e as guerras. Hitler queria dominar o mundo. Marx desejou uma revolução, e Astor Piazzolla sofreu críticas de Jorge Luís Borges. Enumerar as andanças dos humanos é impossível. Assim, a construção das possibilidades é incessante, transcende, rearticula, marca o inesperado.

Não é fácil acreditar que todos os pecados são perdoados. Tenho simpatia por Adão e Eva, os pais de Caim e Abel. Conviveram, precocemente, com a violência e o prazer. Contudo, não exageremos. Os dois comeram a primeira maçã orgânica da história, eram amigos da serpente e escutaram sons da indignação divina. Nunca foram à Igreja, desconheciam a poluição, não votaram no Brasil nem leram os tratados mais densos dos intelectuais afamados. Estão vivos no coração e na mente das peripécias históricas. Quem desdenha as figuras dos ascendentes primordiais?

O ato de fundação do mundo sofreu perturbações. Inventaram-se as utopias para tentar manter o sonho e abrir as janelas das casas dos horrores. Descartes se segurou no pensar, para que a luz extinguisse as sombras. Prometeu se vestiu de raiva com a fúria de Zeus. Mas as dúvidas persistem. Ultrapassamos o tempo da inquisição, dos dogmas mais cruéis, da bomba atômica, da paixão por boleros aconchegantes. As intrigas não se anularam, ganharam multiplicidade. As religiões admitem guerras, e o terrorismo se infiltra no cotidiano. Quem se entrega ao culto do progresso? Ele admite adeptos esclarecidos? Quem imaginaria figuras que cultivam um tal de Jair Bolsonaro?

## II

O imaginário social é produto do coletivo anônimo, afirma Castoriadis. Exaltamos a justiça e a paz sem abandonar a hipocrisia e a filantropia. As encruzilhadas dos labirintos são vastas. Não há sossego. Sócrates foi condenado, Agostinho confessou fragilidades, Mao sacrificou vidas com a sua revolução cultural. O dualismo não morreu, apesar das muitas fabricações tecnológicas e da volta de um populismo messiânico, com ares debochados. A academia não foge das escaramuças. Há intelectuais tão vaidosos com suas escolhas que impõem leituras de enigmas para acompanhar a moda ilustrada. Para que servem os bancos de dados, as resenhas feitas por obrigação, os olhares frios e objetivos? A moda é uma calça azul desbotada e com costuras precárias. Vale muito. Exibe o vazio.

A sociedade de massas se expande depois das performances imensas da burguesia. O capitalismo caminha, gagueja, pratica fonoterapia e se globaliza. O atrevimento tecnológico é inegável, dispensa qualquer timidez. Os produtos chineses invadem o mercado, e os Estados Unidos chegaram a ser governados por um teórico da pós-verdade e amigo secreto de Putin. Não estou brincando.

A história não é linear nem anuncia apenas transformações saudáveis. Há entusiasmos com o futuro que garantirá privilégios e plasticificará o afeto. Não é sem razão que o desamparo é uma ameaça constante, pois a lama se consolida por debaixo do asfalto. Tenho medo dos fantasmas e não abandono as aventuras de Cebolinha. O importante é que as emoções sobrevivam, segundo os poetas do cotidiano. Relaxe, mas cuidado com o gozo. Você conhece Lacan ou prefere citar Foucault? Os intelectuais celebram modas com sutilezas nada humildes e deslocaram com os sopros do vírus satânico. Isolar-se é o pedido.

Será que a pulsão de morte é nossa companheira? Freud conseguiu acertar nas suas interpretações? A história nunca se espalhou ou se modernizou esgotando as necessidades dos marginalizados. Há sempre monopólios. Existem pequenos grupos que convivem com a solidariedade. É uma raridade. Os interesses firmam dissabores, os outros são vistos como demônios, os gurus usam seus poderes para estuprar e investir nas ingenuidades. Não se engane com o canto do progresso, com as exaltações de Comte, com os discursos de Damares. Não custa ler Nietzsche e observar o jogo dos que seduzem com a pregação do amor ao próximo. O discurso da servidão voluntária acompanha o capitalismo. A escravidão habita na acumulação perversa das riquezas. O chocolate, que você adora, está contaminado pela indignidade das grandes corporações. Elas exploram, sem subterfúgios, o trabalho escravo. Sabia?

Qual é o espaço do afeto diante de tantos desencontros? A sociedade tem seus encantos, mas tudo é líquido, como dizia Bauman. O afeto possui moradia e paga aluguel em lugares obscuros. As intimidades não registram trocas de favores? Quem quiser viajar no tempo procure se encontrar com Adorno, Benjamim, Marcuse. A sociedade totalitária oprime e exclui com técnicas sofisticadas. O ano de 1968 trouxe ânimos. Cultivou-se quebra de burocracias. Escreveu-se que é proibido proibir. O movimento hippie desmontou hábitos, buscou experiências na sensualidade do corpo. Tudo muito passageiro, porém é importante assinalar que há brechas. Não se congele no absoluto. Sem cuidar da transcendência, somos vítimas da mediocridade e das assinaturas das revistas cheias de classificados. As drogas não fogem da história: LSD, maconha, cocaína, crack, Coca-Cola, Rivotril, Big Brother, Carnaval patrocinado e muito mais. Não custa especular sem prender a imaginação.

### III

O chegar e o partir são fundamentais. A saudade é poética, tira a poeira de sentimentos envelhecidos. Se a falta de amparo perturba, é significativo não passear na beira dos abismos. As fragilidades são permanentes. A questão é saber conviver com as acrobacias e lamentar que haja tantas epidemias. Não há fórmulas definidas. A saudade pode ser um refúgio; e a solidão, estimular aprendizagem. Muitos desenharam paraísos, outros tropeçaram nos dizeres mais comuns. Como fugir do relativismo? Como se aproximar do consenso num mundo de mercados consumidores traiçoeiros? Como arruinar quem apenas se banhar no lago de Narciso? O cansaço nos derruba no meio dos dias em que o mundo parece se desmanchar. O genocídio se prende no cotidiano do autoritarismo.

Não é charme afirmar que a cultura se prolonga com as reinvenções. Jogar fora as tradições nem sempre salva. O amor pede tempo, crenças no outro, escuta, silêncios enigmáticos. A paixão acende, é febril, tem pressa. Portanto, as diferenças têm suas ficções, mas também suas dores. Quem se apaixona aciona a tensão que se segura no teso. Quando se encerra, a sensação de desamparo é forte, dialoga com o efêmero. Quem sabe os sorrisos não substituam as decepções? Como sublimar e correr para retomar as ilusões? Os instantes duram séculos, e os séculos duram instantes. Uma tarde melancólica de domingo empurra o calendário para passados duros e acena para uma segunda-feira nada simpática, mas repleta de fofocas dos companheiros destronados pela insensatez dos consumos distraídos.

O certo é que o desamparo não tem lugar fixo. Imagine-se num show de Gal Costa, na fila do ônibus na sexta-feira à noite, no meio da praça ocupada por cães e vendedores de pastéis. Você procura a alegria e não acha. Senta-se num banco desbotado, come um saco de pipocas, estimula a nostalgia. Não há com quem conversar. Todos e todas passam no delírio de uma mudez guiada. O celular conduz com sua tela astuciosa. Há risos, mas olhos vermelhos, cheiro de maconha, mães aflitas com as insatisfações de crianças aborrecidas com as monotonias. Será que o desamparo não é uma propaganda do juízo final? Você se perde em divagações para enganar o tédio. Talvez, a TV visualize uma tragédia que movimente seu estar no mundo. Você nem se olha mais no espelho e desfez a sua amizade com os vizinhos próximos. Que fazer?

A finitude incomoda. A morte de deus foi anunciada, nem programaram o velório. A modernidade trouxe fingimentos mais

elaborados, quis consagrar as revoluções e quebrar o sagrado. O iluminismo surtou com seus representantes estrelados. Os economistas clássicos encantaram a burguesia. Smith e Ricardo descreviam a força do trabalho, assanharam os negócios, entraram nos labirintos da propriedade privada. Nem os românticos conseguiram remontar a transcendência, pois o capitalismo se ampliou, proclamando a relação entre custo e benefício. O mundo das mercadorias é o sagrado vestido com as roupas do profano. Quanto vale a salvação? Darwin não se iludiu quando abalou os conservadores com o evolucionismo. Mas a sociedade tremia com tantas teorias velozes. O afeto adoeceu ou se danificou na especulação frequente dos preços, e as terapias alternativas ajudam a diminuir a aflição do desemprego.

#### IV

Os descontroles afetivos não são recentes, porém se agravam. Nas tragédias gregas, há exemplos. O que espanta é a fuga. Poucos dão importância aos que se desmoram na depressão. A psicanálise demorou a ser aceita. É incrível, mas os cuidados com a grana sempre foram prioritários. Materializa-se a felicidade com promessas de apartamentos luxuosos ou entrada em consórcios de carros. Joga-se sem piedade. As Igrejas não se ausentam e se divertem. Há caminhos para a eternidade apoiados por dízimos e pastores milionários. Escute um sermão de Edir Macedo e sinta a poeira do Apocalipse. Recorde-se: A Reforma espantou com sua defesa dos ricos. Portanto, é preciso aprofundar para compreender a incompletude humana e as suas perversões. A história prepara as armadilhas, e somos nós que as arquitetamos. Convivências esdrúxulas assustam e divertem. O bem se localiza de acordo com as tramas do poder. Tudo isso abrange desconfianças, impedimentos, mesquinhasias, danos.

Acreditar na extinção do desamparo é uma utopia incomensurável. A fragilidade compõe o esforço criativo, alimenta a busca do outro, contudo se veste também com agressividades para disfarçar suas espertezas. O mundo se arma com violências envolvidas com os esquemas do capital. Ela dispara mentiras que muitos veneram. O cinismo e o deboche são artigos valiosos. Eles se alinham aos discursos de muitos governantes. Há quem adultere os fatos históricos, quem ressuscite figuras mortas no século passado. Quem se segura na verdade termina submergindo no desamparo, e outros acenam com moralismos mais pesados e se acolhem nas

irresponsabilidades de quem concentra poder adormecido com as manipulações das milícias.

A história não é descontinuidade. Ela também arrasta permanências. O debate é longo, mas uma leitura de Peter Gay ajuda a não ficar fixo nas contabilidades. A palavra *crescimento* tem ambiguidades. Há éticas exemplares no mundo pós-moderno? Quem é mais sábio cultiva valores ou acumula ações na bolsa? As diferenças estão aí. O que desafia são as suas medidas. As leis tentam serenar os desmantelos, mas quem as promove ou firma a qualidade do crime? A política entrelaçada com a violência lança temores. Tudo é sutil, com imagens coloridas, orações eruditas e grandiosidades excludentes. Muitos não se tocam, a capacidade de análise se enferruja, os muros do amparo produzem vítimas.

Nunca esqueci que a história é uma construção. As relações podem revelar atritos e intrigas. Mas há quem busque convivências amistosas usando máscaras com bolinhas. A heterogeneidade acompanha nossa caminhada. Isso não é novidade. O paraíso é uma viagem. Traz ilusões e se conecta com a possibilidade de prazeres. A contemporaneidade não nega suas astúcias quando espalha a lógica consumista. As minorias privilegiadas incentivam conformismos. São defensoras de uma meritocracia com regras concentradas e direitos nada democráticos. A mentira se tornou um curso de pós-graduação e abraço com os argumentos da justiça oficial.

## V

É preciso não abandonar a crítica nem ficar preso às imagens coloridas. Se estiver com dúvidas sobre as inúmeras contradições da existência, desconfie dos perdões. Uma boa leitura de Albert Camus inquieta e desnuda. Dói, porém como negar as lacunas e cair no berço esplêndido dos hinos desencontrados? Camus com suas reflexões nos contagia, abre os olhos para observar as luzes e as sombras. N'O *Mito de Sísifo*, incendeia o humano, alerta para os tropeços. Toca nas escolhas, lembra as saídas, mostra as curvas. Qual o significado do suicídio? O que querem os que prometem as divindades? Quem guarda o maior engano?

O absurdo ronda a história. A ideia de destino merece abalos, pois congela pesadelos. O desamparo surge das dificuldades em conviver com os buracos das estradas. Muita gente se deslumbra com o brilho das vitrines. O narcisismo é parte do mundo que se especializa em prometer. Camus discute a dimensão da revolta, as

manipulações dominantes, a sagacidade dos vendedores de sonhos. Como se defrontar com os vazios? A embriaguez pela grana é perversa. Analisar as lacunas e os desfazeres forma rebeldias. Ter um olhar aceso ajuda a compreender a extensão do desamparo. Ele sobrevive, infiltra-se e justifica instituições. A arte não dá conta de revolucionar o mundo. Comove, contudo não afasta de vez as melancolias. Escute os ruídos e os silêncios. Não se vicie nos espelhos desbotados. Seu rosto narra o tamanho do seu desamparo, desde que o afeto compunha as andanças dos seus desejos mais radicais.

No final, não temos registros convincentes das origens, e os anúncios do juízo final prosseguem suas caminhadas. As coisas ocupam os lugares das pessoas; já não namoramos, ficamos. Difícil é compreender os significados da cultura. Internalizar os problemas concretiza subjetividades tolas. É preciso conversar mais e digitalizar menos. Há quem insista na modernização. Prefiro olhar nos olhos, sentir a respiração, não negar que as ambiguidades correm e cercam os sonhos e os poderes. Não me sinto desamparado, contudo sinto o desamparo. O mundo que faz da máquina sua descoberta portentosa nem observa as ruínas. A sensibilidade é medida para inventar outras geometrias. Há a sensação de que alguém empurra alguém e conta para o outro. Shakespeare afirmou que ser ou não é a questão. Pode ter sido. Prefiro acreditar ou pegar outra *vibe*: ser e não ser é a questão. Será que aceitamos as contradições existenciais ou somos o Hamlet que apenas brinca no sábado transtornado do Galo da Madrugada? Não sei. A cabeça ferve *night and day*. O amanhã sempre lembrará o ontem.

## 2. ARQUITETURA E DESAMPARO UMA EXPERIÊNCIA INDIVISÍVEL

Lúcia Leitão

*Nu eu saí do ventre da minha mãe  
e nu voltarei para lá.*

Livro de Jó Cap. 1: 21

A associação entre *cidade*, *arquitetura* e *desamparo* tem sido objeto do meu interesse já há algum tempo. Foi esse interesse que me fez propor a investigação<sup>2</sup> norteadora das questões apresentadas no seminário<sup>3</sup> do qual se originam estas notas. O objetivo central era explorar as motivações psíquicas presentes no evento que fez surgir a arquitetura, uma questão ainda pouco explorada na Teoria da Arquitetura.

Para tanto, trabalhei com a hipótese de que arquitetar expressa a materialização de uma demanda psíquica irrenunciável, irredutível, em sua essência, ao objeto arquitetônico. Muito mais que a edificação de um abrigo fisicamente delimitado, o fazer arquitetônico expressaria a demanda por uma porta no labirinto em que se vê o humano desde o momento em que “é lançado ao mundo despreparado”, como anota Freud (1926, p. 2872). Arquitetar manifesta o anseio — marcadamente subjetivo — por “um espaço para a alma”, como escreve Rykwert (1997, p. 183).

---

2 Projeto de pesquisa apresentado ao CNPq, aprovado e realizado durante o triênio 2016-2019.

3 O seminário *Cidade, Arquitetura e Desamparo*, realizado em 2019, apresentou os primeiros resultados da pesquisa então em curso.

Na Teoria da Arquitetura, investigar essa hipótese contribui tanto para que se dê um passo adiante quanto ao entendimento do que constitui a essencialidade da arquitetura como campo disciplinar, como também para a compreensão das razões psíquicas expressas no ato de arquitetar — da anterioridade do *arkhê* em relação à tectônica, portanto.

Com a pesquisa em questão, propôs-se a investigação — e a discussão, consequentemente — do conceito psicanalítico de *desamparo*, estabelecido por Sigmund Freud ao longo sua extensa obra, em articulação com o sentido originário da arte de edificar, explícito no prefixo grego *arkhê* (origem, princípio), presente na palavra *arquitetura* (*arkhê* + *tektôn*). Esses conceitos se constituíram em chaves de leitura essenciais para a investigação.

Àquela altura da proposta investigativa, o conceito de *desamparo* se mostrava como algo abstrato, mesmo que intelectual e existencialmente compreensível. Não se podia, então, sequer imaginar a devastação física e psíquica que a pandemia faria emergir na vida das pessoas em 2020 — e que perdura em cada um de nós.

Assim, se antes, no âmbito da pesquisa proposta, a ideia de desamparo se mostrava de modo indireto, isto é, algo nocional — permitindo uma apreensão conceitual notadamente teórica —, presente de forma evidente apenas àqueles que lidam cotidianamente com pessoas em situações-limite, a experiência pandêmica tornou perceptível o estado de desamparo que define a condição humana.

Desse modo, o texto que o leitor tem diante de si registra parte do que se discutiu no seminário antes referido, mas também inclui reflexões que só poderiam vir à tona quando uma ameaça real — e não mais apenas simbólica ou metafórica — de morte, de aniquilamento físico e psíquico se fez presente em cada casa erguida nos quatro cantos do mundo.

O texto, ora apresentado ao leitor, está organizado em duas partes. A primeira, denominada *A noção de desamparo e a edificação do espaço humano*, mostra, sucintamente, que necessidades imateriais humanas de natureza psíquica — e não a necessidade de abrigo — estão entre as razões originárias da construção da casa, o objeto basilar da arquitetura. A segunda parte, nomeada *O útero, a casa e o túmulo: uma experiência indivisível*, busca evidenciar como e por que a casa humana — o ambiente construído — se constitui como o espaço que media a travessia humana, entre o nascimento e a morte — entre o útero e o túmulo, portanto —, e assim se mostra como uma resposta ao desamparo que marca a condição humana frente à experiência de habitar a Terra.

## A NOÇÃO DE DESAMPARO E A EDIFICAÇÃO DO ESPAÇO HUMANO

O ponto de partida para a reflexão sobre as razões psíquicas manifestas na arquitetura, ora apresentadas ao leitor destas notas breves, tem como premissa a ideia da anterioridade da “vida do espírito” — no sentido filosófico do termo, isto é, como expressão do pensamento em toda a sua complexidade, ou, na concepção freudiana, o modo como se organiza e opera o aparelho psíquico (FREUD, [1938] 1973) frente à existência humana.

Nesse sentido, destaca-se o que anotou Hegel em texto no qual se debruçou justamente sobre a edificação do espaço humano — *A arquitetura*. Diz o filósofo: “[...] nações inteiras não souberam expressar a sua religião, as suas *necessidades mais profundas*, senão construindo e de preferência no modo arquitetônico” (2008, p. 100, itálicos meus). A partir dessa ideia, é incontornável, notadamente para arquitetos, compreender de onde provém essa relação entre a expressão de necessidades profundas e a edificação do espaço humano. Afinal, como se pode apreender facilmente, Hegel não se refere, nessa anotação, apenas à questão do abrigo em sua materialidade física, própria do fazer arquitetônico, mas antes a demandas que têm origem no espírito humano.

Lewis Mumford, um século depois de Hegel, desta feita à luz da historiografia, ratifica o que escreveu o filósofo alemão ao mostrar que a necrópole antecedeu a pólis (1982). Com efeito, o culto, isto é, a manifestação de *necessidades profundas* presentes no espírito humano, surge antes, na história humana, da construção do abrigo físico materializado na edificação da casa, a unidade basilar do fazer arquitetônico.

Mumford registra que, enquanto nômades, os seres humanos fizeram surgir o espaço sagrado, constituído, precisamente, pelos túmulos primitivos, uma manifestação clara do espanto humano ante o mistério da morte. Em suas palavras: “[...] em meio às andanças inquietas do homem paleolítico, *os mortos foram os primeiros a ter uma morada permanente [...]*” (1982, p. 13, itálicos meus), um espaço manifesto, por vezes, por um simples amontoado de pedras que assinalavam, desse modo, a emergência de necessidades profundas naqueles povos ancestrais.

Fustel de Coulanges (2011), debruçando-se sobre os eventos que deram origem à cidade antiga, também assinala esse ponto ao chamar a atenção para o fato de que a construção do altar e da lareira

— tidos como as primeiras construções humanas — antecederam a edificação da casa humana. De acordo com o prestigiado historiador francês, foi a necessidade de manter permanentemente aceso o fogo sagrado no altar, em celebração ao ancestral morto e, a partir de então, divinizado, que fez surgir, ao redor e acima desse altar, a edificação da casa humana.

De igual modo, também a cidade, “a grande casa” humana, como escreveu o renascentista Alberti (2011), erudito tratadista da arquitetura, surgiu por demandas imateriais próprias do espírito humano. Mumford, mais uma vez, entre outros, assinala precisamente esse fato. “O primeiro germe da cidade é o ponto de encontro cerimonial” (p. 16), escreveu ele na obra já citada.

Como se vê, os prenúncios da cidade na História indicam que, desde tempos remotos, a proposição do ambiente construído deveria responder a reclamos do espírito, e não somente às necessidades efetivas de abrigo. Foi, afinal, a necessidade de cultuar os antepassados, notadamente o pai morto, uma imposição psíquica, como escreveu Freud em *Totem e tabu* ([1913] 1973), que fez as sociedades da Antiguidade clássica erguerem seus primeiros objetos construídos — o altar e a lareira — e, a partir deles, a edificação do ambiente construído.

Nesse contexto, o que parece emergir da misteriosa relação que os seres humanos estabeleceram entre os deuses e o solo, como aponta Fustel de Coulanges na obra citada antes — isto é, entre as necessidades de natureza psíquica e o espaço habitado, de acordo com as referências teóricas que norteiam estas notas breves —, é a noção de desamparo, de risco radical de aniquilamento, consequentemente, quer físico, quer existencial. De fato, o fogo, permanentemente aceso no altar construído no interior da casa em seus primórdios, tinha como função assegurar proteção divina para os membros do clã — e dessa forma garantir a vida —, uma função em tudo distanciada do amparo físico, objetivo, que a casa pode concretamente oferecer.

É precisamente nesse ponto que a teoria psicanalítica se faz imprescindível. Ainda que Freud não tenha explicitado quais seriam as artimanhas psíquicas responsáveis pela arte de edificar o espaço humano — esse não era o seu objeto de estudo, como se sabe —, sua obra sugere respostas plausíveis para que melhor se compreenda a origem dessa relação entre demandas psíquicas de natureza inconsciente e a edificação do ambiente construído.

Na escrita freudiana, a religião é justamente a reação humana ao estado de desamparo que marca o humano. “Para o indivíduo, é difícil suportar a existência” [...]. “Assim, é criado um acervo de concepções [religiosas], nascido da necessidade de fazer suportável o desvalimento humano” (FREUD, [1927] 1973, p. 2.968 e 2.970, respectivamente). A teoria psicanalítica oferece, pois, uma explicação plausível, tanto para a precedência do altar ante a edificação da casa quanto para a percepção hegeliana de que a humanidade recorre ao ato de construir para expressar suas necessidades mais profundas.

De acordo com a teoria psicanalítica, o *desamparo*, conforme escrevi anteriormente em outro texto<sup>4</sup>, circunstância psíquica estruturante da subjetividade, está associado à experiência de apartação da mãe e, por conseguinte, à ameaça quanto à própria sobrevivência, vivenciada pelo bebê humano por ocasião do nascimento. Uma *experiência de desamparo*, conforme anota Rocha (1999), ou um *estado de desamparo*, como preferem Laplanche e Pontalis (2007), decorrente da incapacidade do recém-nascido humano de valer-se de si mesmo em relação às suas necessidades vitais, a exemplo da fome, da sede, etc.

Trata-se, pois, no primeiro momento da vida humana, de uma experiência biológica assinalada pela perda do *espaço uterino*, onde as condições de vida estavam asseguradas. Um estado de carência extrema do recém-nascido em relação ao cuidado e à proteção de um outro ser humano a fim de que a vida lhe seja preservada. Essa experiência de perda se manifesta no “primeiro grito” dado pelo bebê humano. Um “primeiro grito de desamparo”, anota Jacques André (2010), que anuncia o estado de desamparo como marca definitiva da condição humana.

Para Freud, esse estado de desamparo derivaria do fato de que, “[...] comparada à da maioria dos animais, a vida intrauterina do homem é relativamente curta, e, quando é *lançado ao mundo*, [o bebê humano está] menos acabado do que eles” ([1926] 1973, p. 2.872). Despreparado, o mundo externo se mostra terrivelmente ameaçador, a ponto de suscitar o grito de que fala André, um grito que vai bem além das motivações biológicas também nele manifestas — circunstância que possibilita a articulação com o fazer arquitetônico ora proposto.

Freud utiliza, e não por acaso, a palavra *Hilflosigkeit* para expressar essa situação extrema de desvalimento, biológica num primeiro momento, repito, mas, sobretudo, psíquica, no que se refere à constituição do sujeito humano.

<sup>4</sup> LEITÃO, Lúcia, 2011.

Discutindo essa concepção fundamental da teoria freudiana, Zeferino Rocha anota que a palavra *Hilflosigkeit* é “[...] composta do substantivo *Hilfe*, que quer dizer *auxílio, ajuda, proteção, amparo*, do sufixo adverbial modal *losig*, que indica *carência, ausência, falta de [...]*” (1999, p. 334). *Hilflosigkeit* define, portanto, uma condição limite na qual o ser humano estaria à mercê de si mesmo, entregue à sua própria sorte.

A situação da qual Rocha lança mão para explicitar claramente a condição de absoluto desamparo que marca o humano em sua experiência de existir, tal como Freud a concebeu ao utilizar a palavra *Hilflosigkeit* para expressá-la, é a de um naufrago lançado ao mar.

Assim, escreve Rocha:

Através da experiência do desamparo, o homem penetra no mais íntimo da sua singularidade e faz, na mais nua e completa solidão, a descoberta da contingência e da finitude de sua existência. Difícil imaginar uma forma de solidão maior e mais dolorosa do que aquela do desamparado. No estado de desamparo, o ser humano é um *hilflos*, isto é, um ser sem recursos e sem possibilidade de ajudar a si mesmo. O desamparado está só na sua experiência de desamparo, como naufrago perdido na imensidão do mar (2016, p. 135).

Rocha não viveu para acompanhar a experiência pandêmica que o mundo vive no início desta terceira década do século XXI. Talvez, se vivo fosse hoje, escolhesse justamente a situação de uma vítima grave do vírus Sars-CoV-2 para explicitar a experiência de desamparo, marcadamente subjetiva, que todos agora podem compreender mais facilmente.

De fato, a devastação física e emocional experienciada por todos em consequência da pandemia traz à tona uma ameaça concreta de aniquilamento — tal como um bebê humano abandonado ao nascer à sua própria sorte. É precisamente essa experiência-limite do doente que morre sem poder respirar, sem ar, sem que os recursos médicos disponíveis no mundo contemporâneo possam assegurar-lhe as condições indispensáveis à vida — “Minha família é milionária, mas meu pai morreu por falta de ar, algo que não podemos comprar”, escreveu, nas redes sociais, uma filha, diante da morte do pai após vivenciar a condição de *hilflos*, isto é, de um ser sem os recursos

de que desesperadamente necessitava para viver e sem possibilidade de ajudar a si mesmo.

Sozinho, em uma UTI — o ser humano está só na sua experiência de desamparo —, afastado dos parentes e amigos mais próximos, sem direito a uma despedida e sequer a um sepultamento digno. É a experiência de desamparo, em sua crueza e radicalidade, que esse ser humano experimentou de modo incontornável. Fora das UTIs, é a ameaça de morte, de ser alcançado por uma doença que não faz seleção de pessoas, que devasta emocionalmente os que dispõem de qualquer resquício de racionalidade. É esse o grito de desamparo que ecoa no mundo nos dias que correm, onde recurso algum garante efetivamente a sobrevivência das pessoas.

Na verdade, consideradas as premissas teóricas que norteiam este texto, esse grito que se ouve ao redor do mundo nestes tempos pandêmicos ecoa o grito primeiro de que fala André, o grito que assinala o desamparo, para além da experiência do nascimento.

Com efeito, muito além dos momentos iniciais da vida de um recém-nascido, o desconforto psíquico próprio dessa experiência originária surge na vida cotidiana em momentos de ameaças de aniquilamento, quer físicas, quer existenciais, a exemplo do que se vivencia atualmente, bem como em momentos de perdas importantes, a exemplo das situações de luto, de separações, de *falta de*, em relação a um objeto ou a uma circunstância em que o amor, a presença, o cuidado do outro apazigua, ainda que momentânea e ilusoriamente, o *estado de desamparo* próprio da experiência de estar no mundo.

A noção de desamparo, pois, pode ser útil para compreender a intensidade — e, sobretudo, a natureza — da relação que o humano estabelece com o espaço habitado. Nômade, abandonado à própria sorte em um mundo que lhe era hostil, não apenas em decorrência de condições climáticas adversas, mas também pela necessidade de garantir alimento cotidianamente, o ser humano percebeu a sua condição de *hilfflos*.

É diante desse fato psicoespacial que se ergue o espaço habitado, a casa que, tida como espaço de culto, como espaço sagrado, portanto, como foi dito antes, destina-se a afastar, ainda que parcial e ilusoriamente, os riscos próprios do desamparo. Um espaço que não apenas deveria proteger o corpo em suas necessidades biofísicas, mas, sobretudo, acolher as demandas do espírito — é precisamente nesse ponto, ou nesse momento fenomênico, que a edificação da cidade, o arquitetar, conseqüentemente, e a condição de

desamparo própria da vida humana se mostram como uma experiência indivisível, como a experiência humana por excelência, como diria Lévi-Strauss<sup>5</sup>.

## O ÚTERO, A CASA E O TÚMULO: UMA EXPERIÊNCIA INDIVISÍVEL

A casa humana, tida aqui como síntese da edificação do ambiente construído, qualquer que seja a sua manifestação escalar, nasce simbólica. Dito de outro modo, o espaço edificado foi concebido, em sua expressão psíquica, como um modo de (re)compor uma experiência espacial para sempre perdida — não se deve ao acaso, portanto, que a arquitetura se constitui como “a composição do vazio”, conforme a define Evaldo Coutinho (1977, p. 235) —, uma representação de algo que está ausente, distante ou definitivamente perdido, como é próprio dos objetos que se fazem símbolos, quer material, quer imaterialmente.

É nessa perspectiva, ou sob esse modo de ver, que a proposição do espaço edificado responde a anseios do espírito humano e, como tal, mostra-se irredutível à materialidade física do edifício criado. O ambiente construído surge, pois, porque algo *falta* — no sentido que a psicanálise dá a esse termo, evidentemente — aos seres humanos, uma falta que está muito além das necessidades físicas presentes no abrigo físico que a casa provê.

É nesse contexto existencial que o espaço edificado se oferece como objeto substitutivo de um espaço que se perdeu de modo radical e irremediável: o espaço uterino, em termos individuais, e o espaço paradisíaco em termos imaginários manifestos coletivamente, perdidas e, por conseguinte, faltas, que se evidenciam na história humana desde a emergência da linguagem — o fenômeno que consolida a expulsão humana de um mundo tido como paradisíaco. Com efeito, o mundo pré-linguagem, quiçá mítico, era um mundo onde tudo se bastava, uma vez que as necessidades humanas eram plenamente satisfeitas pelos elementos naturais disponíveis. Consequentemente, não havia falta, na medida que essa deriva da emergência da palavra, da linguagem, como escreve Garcia-Roza (2014).

---

5 “[...] a cidade provém simultaneamente da procriação biológica, da evolução orgânica e da criação estética. É, ao mesmo tempo, objeto de natureza e sujeito de cultura; indivíduo e grupo, vivida e sonhada, a coisa humana por excelência”, escreveu Lévi-Strauss em *Tristes trópicos*, 1993, p. 113, *itálicos meus*.

Nessa perspectiva teórica, a casa humana se oferece como o espaço cuja função é tornar possível a travessia da vida — o estar no mundo, como diria Heidegger —, como o espaço que, situado entre o útero e o túmulo, ampara a vida e, desse modo, adia a morte, o aniquilamento em sua forma absoluta.

De fato, expulso a contragosto<sup>6</sup> de um ambiente pleno — um espaço onde estava tão feliz, como escreve Freud (1930) a propósito da vida do feto no ventre materno — e lançado à vida em um ambiente que o perturba por se mostrar hostil e ameaçador, restou ao espírito humano a concepção de um espaço paradisíaco, *a casa de Adão no Paraíso*, como escreve Rykwert (1997), referindo-se à dimensão ilusória da casa humana, onde a dor do desamparo não teria lugar, ainda que imaginariamente.

Refletindo à luz da antropologia, Rykwert (1987) aponta precisamente para essa direção ao chamar a atenção para a íntima relação existente entre o *útero*, a *casa* e a *sepultura*. Nesse sentido, alguns aspectos fortemente associados à concepção da casa chamam especialmente a atenção.

O primeiro deles diz respeito, desde tempos ancestrais, à forte associação entre a casa e o feminino — a casa é concebida, ou representada, como “um objeto fêmeo”, diz Rykwert (1987, p. 12). Fustel de Coulanges, na obra mencionada anteriormente, anota que a manutenção do fogo aceso no altar, ao redor do qual se erguiam as casas em seus primórdios, cabia à mulher. Assim, num ritual que se repetia religiosa e cotidianamente, competia, obrigatoriamente, ao homem, ao sair, fazer uma reverência ao deus da casa diante do altar, enquanto à mulher, que nela permanecia, era dada a tarefa de manter, permanentemente, aceso o fogo que sobre o altar ardia.

É difícil não associar essa função feminina essencial frente ao desamparo — assegurar a proteção dos deuses, tal como acreditavam os povos de então — à própria criação da vida, prerrogativa feminina. Caso aquele fogo se extinguisse, cessaria a proteção divina, e a família se veria lançada ao mundo no mais absoluto desamparo — tal qual o naufrago em meio ao mar revolto.

A função da casa como mantenedora da vida surge, assim, como algo marcadamente feminino, tanto quanto o exercício da maternidade para o bebê humano. Parece igualmente difícil não perceber o papel simbólico que, nessas circunstâncias, o espaço da casa

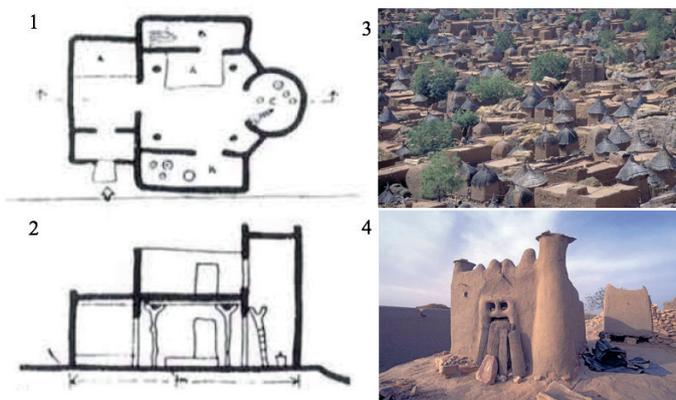
---

6 Em termos emocionais e não biológicos, evidentemente, uma vez que, como se sabe, há um tempo específico em que o bebê pode permanecer no útero sem que haja consequências biofísicas indesejáveis.

desempenha ao funcionar como espaço-vida, tanto quanto o espaço uterino o faz para o feto que nele vive.

Em termos objetivos, a historiografia registra a importância fundamental da construção da casa para a sobrevivência da espécie humana. Foi a construção das primeiras aldeias, erguidas durante a chamada *revolução agrícola*, que assegurou, literalmente, a ampliação — ou mesmo a realização — da trajetória da vida experienciada entre a casa e o túmulo, ao propiciar a sobrevivência das crianças. Antes disso, nascidas entre povos nômades, bebês e crianças tinham muita dificuldade em sobreviver ao nascimento e à primeira infância.

A propósito dessa associação entre a casa e o útero, entre a casa, agora enquanto objeto arquitetônico, e o feminino, Rykwert lembra que, em algumas comunidades, entre as quais cita *os dogon*, “[...] a planta da casa é uma mulher” na qual, ainda de acordo com a descrição do autor, “[...] la estructura del tejado o del techo es la caja torácica [...], y los cuatro pilares que normalmente la sujetan, los brazos y las piernas (1987, p. 19).



**FIGURAS 1 E 2:** A casa Dogon. Fonte: RYKWERT, Joseph. El útero y la tumba: Antropología de la casa. Madrid: *AV Monografías*, n. 12, 1987, p. 18-21.

**FIGURAS 3 E 4:** A casa Dogon.

**FONTE:** <https://whc.unesco.org/en/list/516/gallery/&index=1&maxrows=12>

Um segundo aspecto notável diz respeito ao túmulo como representação simbólica do útero, real ou metafórico. Não parece se dever ao acaso, nessa perspectiva simbólica, o fato de algumas comunidades associarem o útero ao túmulo de modo tão explícito a ponto de sepultarem seus mortos de cabeça para baixo ou em posição fetal,

como registra Rykwert. Nesses casos, escreve o autor: “La idea que subyace en esta practica es bastante evidente: los muertos eran devueltos a su madre, la tierra, en la posición en que ella los concibió y los alimento [...]” (1987, p. 20).

Amos Oz, em texto contemporâneo, faz eco a essa associação ancestral manifesta pelo espírito humano entre o útero e o túmulo — espaços onde a angústia do desamparo inexistente — quando escreve assim:

[...] após a morte nós voltamos exatamente ao mesmo lugar de onde saímos: ao útero da nossa mãe. Nada menos do que isso. Ora, o lugar de onde saímos não era ruim [...] lá, no útero, cuidam de nós, envolvem-nos em calor e maciez, nos alimentam, e não há preocupações [...] sair do útero [...] amar, impressionar, excitar-se e desiludir-se e depois simplesmente voltar para o útero? Está bem, por que não? (2019, p. 162).

Do ponto de vista da arquitetura, o ponto-chave a considerar nessa associação entre o útero, a casa e o túmulo é a ideia de espaço interno. A criação do *espaço interno*, “onde os homens andam e vivem” como escreve Zevi (1977, p. 17), constitui-se como marco epistêmico da arquitetura enquanto campo disciplinar, como o elemento conceitual que a distingue, consequentemente, de todo e qualquer outro fazer humano. O espaço interno, criado pelo ato de arquitetar, é precisamente o espaço que inclui, que acolhe, que protege, em tudo oposto à ideia de exclusão, de expulsão, fortemente associada à experiência de desamparo, seja física, seja metaforicamente falando. À luz das referências teóricas que orientam este texto, o anseio de voltar a um espaço que o envolva e, desse modo, o proteja — *um espaço onde cuidam de nós, envolvem-nos em calor e maciez* — parece assim expressar justamente as razões psíquicas da edificação do ambiente construído, a sua razão de ser para além do abrigo fisicamente definido.

É justamente nesse ponto que a noção de desamparo e a edificação da casa humana, isto é, a concepção do ambiente construído, mostram-se como uma experiência indivisível.

Nessa perspectiva fenomênica, em meio a um desamparo que faz o ser humano se sentir como um naufrago em mar revolto, como um peregrino que não tem onde repousar a cabeça, o espírito humano concebeu a edificação do *teto* e do *muro*, de um ambiente

que o envolve e acolhe, uma experiência que Alberti, surpreendendo a muitos, considerou mais importante do que a água e o fogo para a constituição das sociedades humanas. Com efeito, a água e o fogo se mostravam essenciais às necessidades físicas, mas nunca aos reclamos do espírito, que ansiava muito mais do que um abrigo para o corpo, por um espaço para a alma.

De fato, se não se perde de vista que ao erguer a casa de Adão, isto é, a cabana primitiva, marco originário da emergência da arquitetura, os seres humanos deixaram de lado a caverna, o espaço natural que um dia os acolheu, a ideia de que a casa humana nasce simbólica cresce em plausibilidade. Talvez seja esta a razão, eminentemente psíquica, de a casa humana ter-se feito *templo*. Afinal, é esse o sentido da casa expresso nos textos sagrados. “Tua casa é um santuário”, escreveu Maomé, ratificando a representação da casa humana expressa ao longo do Livro dos Salmos, na Bíblia Sagrada, e é esse o sentido que lhe damos quando atribuímos à casa em que vivemos a função de espaço de acolhimento e de renovação da energia emocional que nos faz viver.

## PARA CONCLUIR

Desamparado, inacabado, lançado ao mundo despreparado para nele viver, os seres humanos se deram conta de que algo lhes faltava de modo definitivo. Sob essas condições, restou ao humano a criação de um espaço de mediação entre um espaço do qual foi expulso e um espaço para o qual se dirige irremediavelmente, um espaço cuja função psíquica estava muito além do que ela poderia efetivamente oferecer.

Muito mais do que o abrigo físico que a cabana efetivamente propiciava, a construção do teto sobre os muros que o suportam e criam o espaço interno explicita o fato de que a humanidade não soube expressar as suas *necessidades mais profundas* de amparo, de acolhimento existencial, senão construindo, de tornar suportável a angústia do desamparo manifesta na experiência de estar no mundo.

Considerando-se o argumento desenvolvido ao longo deste breve ensaio, essas necessidades profundas indicariam, na verdade, anseios, reclamos e desejos psíquicos insuspeitáveis para as comunidades primitivas. Anseios, reclamos e desejos que a casa humana

deveria aplacar, ainda que ilusoriamente, uma vez que não há porta de saída no labirinto da existência. Nessa perspectiva, a emergência da arquitetura, do ambiente construído, conseqüentemente, seria um modo de elaboração da angústia do desamparo — donde ter-se-ia a indicação da natureza indivisível entre a cidade, a grande casa humana, a arquitetura e o desamparo próprio da condição humana.

## REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Jacques. *Les 100 mots de la psychanalyse*. Que sais-je? Paris: PUF, 2010.
- ALBERTI, Leon. *Da arte edificatória*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.
- COUTINHO, Evaldo. *O espaço da arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- FREUD, Sigmund. [1938]. Compendio del psicoanálisis. In: *Obras completas*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1973, p. 3.379-3.418.
- FREUD, Sigmund. [1930]. El malestar en la cultura. In: *Obras completas*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1973, p. 3.017-3.067.
- FREUD, Sigmund. [1927]. El porvenir de una ilusión. In: *Obras completas*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1973, p. 2.961-2.992.
- FREUD, Sigmund. [1926]. Inhibición, síntoma y angustia. In: *Obras completas*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1973, p. 2.833-2.883.
- FREUD, Sigmund. [1913]. Totem y tabú. In: *Obras completas*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1973, p. 1.745-1.850.
- FUSTEL DE COULANGES. Numa Denis. [1864]. *A cidade antiga*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- HEGEL, Georg. *A arquitetura*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- GARCIA-ROZA, Luiz. *O mal radical em Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- LAPLANCHE e PONTALIS, Jean. *Vocabulaire de la psychanalyse*. 5.a ed. Paris: PUF, 2007.
- LEITÃO, Lúcia. A cidade de Simmel, a cidade dos homens. *Cadernos*

- Metrópole*. São Paulo, 2011, v. 13, n. 26, p. 461-471.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. Lisboa: Edições 70, 1993.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- OZ, Amós. *Do que é feita a maçã: seis conversas sobre amor, culpa e outros prazeres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ROCHA, Zeferino. *Ensaaios psicanalíticos em interface com a filosofia*. Recife: Cepe, 2016.
- ROCHA, Zeferino. Desamparo e metapsicologia. *Síntese*, Belo Horizonte, 1999, v. 26. n. 86, p. 331-346.
- RYKWERT, Joseph. *On Adam's house in paradise-the idea of the primitive hut in architectural history*. 6.ed. Cambridge Massachusetts: MIT, 1997,
- RYKWERT. Joseph. El útero y la tumba: Antropología de la casa. Madrid: *AV Monografías*, n. 12, 1987, p.18-21.
- ZEVI, Bruno. *Saber ver a arquitetura*. Lisboa: Edições 70, 1977.

### 3. O DESAMPARO ORIGINAL

Guilherme Nobre da Cruz

Ora, o Senhor Deus tinha plantado um jardim no Éden, para os lados do leste; e ali colocou o homem que formara. O Senhor Deus fez nascer então do solo todo tipo de árvores agradáveis aos olhos e boas para alimento. E no meio do jardim estavam a árvore da vida e a árvore do conhecimento do bem e do mal. No Éden nascia um rio que irrigava o jardim e depois se dividia em quatro.

Livro do Gênesis

Cap. 2:8-10

Em 1917, quando escreveu o artigo *Uma dificuldade da psicanálise*, Sigmund Freud disse que o narcisismo da humanidade fora humilhado três vezes: a primeira vez com a Teoria Heliocêntrica, quando Copérnico destituiu o homem da sua suposta posição privilegiada no centro do Universo (humilhação cosmológica); a segunda vez com a Teoria da Evolução, quando Darwin revelou que, apesar de todo pretensão domínio da razão, o Homem não tinha uma origem distinta da dos outros animais (humilhação biológica); e, por fim, ele próprio, Freud, com a descoberta do inconsciente, teria infligido ao Homem a terceira humilhação ao tornar público que nem o ego é senhor na sua própria casa (humilhação psicanalítica). Deslocado do centro do Universo, da natureza e da própria consciência (descentrado), o sujeito humano estava, então, para Freud, desamparado de toda autonomia que se acreditava que ele possuiria.

A psicanálise, com essa descoberta de uma instância inconsciente do sujeito, passou a abrir as portas para investigar uma vasta produção literária, artística, científica, religiosa e mitológica preexistente por uma nova ótica e gerar conhecimento novo. Sendo assim, qual a contribuição da psicanálise para a compreensão de sentido do pecado original e da expulsão do homem do Paraíso? Qual a importância do Jardim do Éden enquanto espaço arquitetônico para a instância da subjetividade?

## DEUS, ÉDEN E ADÃO: UMA METÁFORA DO COMPLEXO DE ÉDIPO

No texto bíblico, durante o ato de criação divina, “O Senhor Deus formou o homem do pó da terra e soprou em suas narinas o fôlego de vida, e o homem se tornou um ser vivente” (Livro do Gênesis 2:7). A partir desse trecho, vê-se que, apesar de Deus ter sido seu criador, foi da terra que o homem nasceu. Simbólica e metaforicamente, a terra assumiu no conto bíblico a figura da mãe desse homem. Nessa terra, havia o Jardim do Éden, e era nesse jardim que o homem encontrava “[...] todo tipo de árvores agradáveis aos olhos e boas para alimento” (Livro do Gênesis 2:9).

No entanto, em seguida, Deus assume um papel muito próximo ao de um pai para a teoria psicanalítica. Ele diz ao homem: “[...] coma livremente de qualquer árvore do jardim, mas não coma da árvore do conhecimento do bem e do mal, porque, no dia em que dela comer, certamente você morrerá” (Livro do Gênesis 2:16, 17). E, dessa maneira, esse homem — então chamado de Adão — tem limitado seu pleno desfrute e comunhão com o jardim — que, figurativamente, representa sua mãe.

Para a psicanálise, a figura do outro, representada pelo pai na relação parental, emerge para estabelecer limites entre a relação do filho com a mãe. É a existência desse pai que permite ao filho se dar conta de que ele e a mãe não são um só, rompendo a unicidade. Ao passo que essa figura paterna estabelece limites e também lhe serve de modelo. Nesse momento, o pai passa a ser o objeto privilegiado de identificação do bebê na medida em que essa criança, ao tomá-lo como modelo, passa a desejar ocupar o lugar do pai na vida.

A identificação, explica Monteiro (2007), é constituinte da forma mais primitiva e original do laço emocional e, sendo absolutamente inconsciente, faz com que o sujeito não reflita sobre o objeto

identificado. Segundo a psicanalista, a identificação pode ser verificada no complexo de Édipo e desempenha um papel fundamental na história primitiva do sujeito. Nesse estágio da vida, o menino mostra interesse especial pelo pai, por crescer como ele, ser como ele e tomar seu lugar. O menino passa a ver o pai como seu ideal, ideal do ego.

## O PECADO ORIGINAL: IDENTIFICAÇÃO E PARRICÍDIO

Foi então, no Jardim do Éden, que a serpente disse à mulher, em relação ao fruto proibido, que “Deus sabe que, no dia em que dele comerem, seus olhos se abrirão, e vocês serão como Deus, conhecedores do bem e do mal” (Livro do Gênesis 3:5). Desse modo, ingerir o fruto proibido assemelharia Adão a Deus; “tornando o filho igual ao Pai”. Essa ideia primitiva de incorporar algo a fim de conferir a alguém a possibilidade de ser foi estudada por Sigmund Freud em *Totem e tabu* (1913/1990). Nessa obra, o autor trata do mito do pai primevo, que impedia os filhos de satisfazerem seus impulsos sexuais e os forçava à abstinência. Em consequência disso, forçava os filhos à criação de laços emocionais com ele e uns com os outros; levando-os, por assim dizer, à psicologia de grupo.

Ainda nesse livro, Freud conta que, a fim de ocupar o lugar do pai, os filhos o assassinaram. No entanto, o assassinato do pai primevo causou-lhes culpa. O homem se torna culpado tanto por matar o pai da horda primeva quanto por comer do fruto proibido e ser expulso do Paraíso ou por desejar “dormir com a mãe e matar o pai”. A existência humana é sempre uma existência culpada. Portanto, após perceberem que o assassinato de seu pai não lhes garantiu o poder do chefe da horda primitiva, os filhos o devoraram durante o que o autor considerou ser a primeira festa totêmica da humanidade.

Leitão (2004) afirma que o processo de identificação pressupõe se apropriar de um traço do outro. Esse traço passa a ser algo em comum entre quem se identifica e o objeto de identificação. No entanto, Leitão salienta que “Tanto do ponto de vista individual — no triângulo edipiano — quanto do social — na horda primitiva —, interessa ao sujeito ser o pai, e não apenas parecer-se com ele” (LEITÃO, 2004, p. 21). Ser como o pai não o elimina enquanto obstáculo, apenas permite enfrentá-lo de igual para igual. Seria preciso, do ponto de vista psicanalítico, eliminá-lo e, mais, “devorá-lo” — incorporá-lo, em uma linguagem metafórica.

Dessa forma, na fantasia inconsciente de Adão, vê-se que a existência de leis, representadas pela presença de Deus, firmava-se como o grande obstáculo para a realização do desejo desmedido que o mobiliza. Surge, pois, o desejo de incorporar algo — o conhecimento sobre o bem e o mal —, desejo este que faz parte do processo psicanalítico de identificação e, no caso do fruto proibido provado por Adão, profundamente relacionado também ao complexo de Édipo.

O parricídio, para Monteiro (2007), é encontrado em cada ser humano pelo complexo de Édipo. Partindo do complexo de Édipo, entendemos que o primeiro objeto de amor de uma criança é a mãe, pois ela o alimenta, agasalha e cuida, a vida da criança depende dela. Por isso, qualquer obstáculo entre a criança e sua mãe deve ser superado. À luz da psicanálise, na história bíblica, Deus é para Adão tanto objeto de identificação quanto alguém a ser igualado a fim da plena comunhão com o Jardim do Éden.

Leitão (2004) lembra ainda que, à vida psíquica, é imprescindível a presença do outro, pois é através da relação com o outro que o indivíduo se torna sujeito. Um fenômeno singular que se desenvolve no aparelho psíquico de cada indivíduo por meio de um processo inconsciente que resulta no *assujeitamento*, ou, em outras palavras, no tornar-se sujeito. Logo, é possível concluir que, na teoria psicanalítica, não se nasce sujeito; essa condição é adquirida ao longo da experiência de existir de cada um.

É nesse contexto que Leitão (2004) defende que o outro se torna fundamental, pois o que alimenta o processo de identificação é a falta fundante, característica do ser humano, tratada diversas vezes por Freud em suas obras pela ideia de *desamparo* e que leva o sujeito a buscar no outro a possibilidade de voltar a ser um. A mesma experiência de unicidade vivida no primeiro espaço em que habitou: o útero materno.

Freud (1930) mencionou que a casa poderia ser um sucedâneo do útero. Partindo dessa anotação do pai da psicanálise, Leitão (2004) passa a ver a casa como uma tentativa simbólica de substituir experiências vividas no útero materno. O ato de arquitetar passa a ser visto então, na perspectiva da pesquisa da qual este texto é parte, como uma tentativa de reproduzir experiências primitivas do indivíduo no ventre da mãe, muito além, pois, de uma necessidade de abrigo, esse desejo pode ser visto como uma marca constituinte da subjetividade.

Quando, no momento do parto, o bebê perde o útero, Leitão (2004) afirma que ocorre a primeira experiência de desamparo; e, ao lidar com a figura paterna, pela primeira vez, esse filho tem contato com a figura do outro que torna possível o processo de sujeição.

## EXPULSÃO DE ADÃO DO JARDIM DO ÉDEN: INCOMPLETUDE E DESAMPARO

De volta ao conto bíblico, quando descobriu que Adão comeu do fruto que ele proibira, “o Senhor Deus o mandou embora do jardim do Éden para cultivar o solo do qual fora tirado” (Livro do Gênesis 3:23). Quando Deus, representando a figura do pai, impõe essa definitiva quebra da unicidade de Adão e do jardim do Éden, que representam aqui o filho e a mãe, reforça-se a representação simbólica do complexo de Édipo como conhecemos na teoria de Freud e também de um dos maiores momentos de desamparo humano: o momento em que o sujeito se dá conta de que ele e sua mãe não são um só.

No conjunto da obra de Freud, o desamparo assumiu um papel de condição inerente ao sujeito e evoluiu à medida que a ideia de descentramento do consciente para o inconsciente se acentuava, conquistando, desse modo, um lugar de destaque na teoria psicanalítica. Na metapsicologia freudiana, o desamparo é muito mais que um sentimento; é “[...] uma experiência estruturante da subjetividade psíquica do ser humano” (ROCHA, 2016, p. 133).

Nas experiências estruturantes, o sujeito não apenas conhece, mas entra em comunhão com o objeto do seu conhecimento, interioriza-o, e, de certo modo, identifica-se com ele. A experiência estruturante marca o homem naquilo que o singulariza enquanto sujeito. Por isso, podemos dizer que somos o resultado das nossas mais profundas e verdadeiras experiências (ROCHA, 2016, p. 135).

Segundo Rocha (2016), é quando experimenta o desamparo que o sujeito, em completa solidão, percebe sua singularidade, a finitude da sua existência. Essa condição de absoluta carência de forças e saídas caracterizaria o desamparo como um profundo sentimento de incapacidade de encontrar sozinho soluções para seus conflitos, problemas e questões. Nesse momento, em situação de desamparo, o sujeito passa a buscar o outro. Como com um grito desesperado por socorro, o sujeito se abre para a alteridade em busca de amparo, que quando não é correspondido, leva-o ao desespero. Por isso, em antagonismo ao narcisismo, que “[...] enclausura o sujeito dentro de sua autossuficiência” (ROCHA, 2016, p. 135), o desamparo leva ao encontro com o outro.

Diante da expulsão do homem do Paraíso mediante seu pecado, Monteiro (2007) conclui que Adão é um ser de *falta*, desamparado, tal qual a criança. Um ser incompleto e que sempre será incompleto, cuja existência coexiste com a falta; pois, assim como o bebê não é, como ele imagina a princípio, uma extensão do corpo da mãe, Adão também descobriu que o Jardim do Éden não era parte indissociável de sua existência e que ele o perdera.

## O JARDIM DO ÉDEN: OBJETO DE IDENTIFICAÇÃO E DESEJO DE REPARAÇÃO

Para Klein e Riviere (1970), a capacidade humana de criar está condicionada a ver seu objeto amado como absolutamente perdido — uma situação de desamparo —; no entanto, o amor deve predominar sobre o ódio, alimentando um desejo de reparação em relação a esse objeto amado e perdido. A criação, para essas autoras, é, pois, uma recriação da própria mãe, o primeiro objeto de amor do sujeito. Ou seja, podemos concluir que nossa capacidade de criação está intimamente relacionada à nossa primeira experiência de desamparo: a perda do útero materno.

Desse modo, pode-se presumir que Adão tomou inconscientemente o Jardim do Éden como modelo para viver e criar após seu banimento. Movido pelo desejo de reparação, por mais maldita que fosse a terra (Livro do Gênesis 3:17), Adão e Eva tiveram filhos, e ele lhes ensinou a criar animais e cultivar o solo (Livro do Gênesis 4).

O texto bíblico não descreve de que forma Adão e Eva construíram e habitaram no mundo, mas Leitão (2012) sugere que haja uma demanda psíquica de arquitetar. Para a autora, a associação entre sonhos e espaços, na presença constante nos sonhos de elementos espaciais tipicamente arquitetônicos e que não se reduzem à função material de abrigo, aponta para uma dimensão subjetiva da arquitetura. Nesse sentido, acredita que ela pode ser por si só uma narrativa, uma articulação simbólica; e, conseqüentemente, uma manifestação particular do inconsciente.

Leitão (2012) também defende que o espaço da arquitetura é definido pelo movimento corporal de quem se apropria dele. Essa “poliestesia” da arquitetura garante que cada um, ao se movimentar, caminhar e observar o espaço, o experimenta de forma única, singular, subjetiva, impossível de compartilhar. Cada espaço é, além de

elemento da narrativa de um sujeito, a manifestação da experiência de existir de outro sujeito que o vivenciou anteriormente.

Adão foi feito da terra do Paraíso, e, no Jardim do Éden, ele viveu os primeiros momentos da sua vida. No Jardim do Éden, ele teve suas primeiras experiências sensoriais, sentiu-se seguro, alimentado, sentiu-se UM com o espaço que habitava. Se toda essa teoria se mostra plausível e existisse em Adão uma força criativa movida por um desejo de reparação do Jardim do Éden decorrente de sua expulsão do Paraíso, que tipo de arquitetura ele construiria?

## REFERÊNCIAS

- BÍBLIA. *Bíblia Online*. Disponível em: <<https://www.bibliaonline.com.br/nvi/gn>>. Acesso em: 10 dez. 2018.
- FREUD, Sigmund. [1930]. *O Mal-estar na civilização*. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1996a.
- FREUD, Sigmund. [1913]. *Totem e tabu*. In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 13. Rio de Janeiro: Imago, 1990.
- KLEIN, Melanie; RIVIERE, Joan. *Amor, ódio e reparação*. Rio de Janeiro: Imago, 1970.
- LEITÃO, Lúcia. Dora, uma arquitetura para sonhar. *Arq.Urb*, (USJ SP) v. 8, p. 8-14, 2012.
- LEITÃO, Lúcia. Espelho, espelho meu. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo* (PUCMG), Belo Horizonte, v. 11, n. 12, p. 13-32, 2004.
- MONTEIRO, Flávia Lago. *Mito cristão - de onde vem? Uma perspectiva psicanalítica do Éden*. 2007. Disponível em: <[http://cprj.com.br/imagenscadernos/caderno20\\_pdf/16Cadernos%20n.%2020\\_Mito%20crist%C3%A3o.pdf](http://cprj.com.br/imagenscadernos/caderno20_pdf/16Cadernos%20n.%2020_Mito%20crist%C3%A3o.pdf)>. Acesso em: 06 fev. 2019.
- ROCHA, Zeferino. Freud e o desamparo. In: *Ensaios Psicanalíticos em Interface com a Filosofia*. Recife: Cepe, 2016.

## 4. DESAMPARO NA CONTEMPORANEIDADE

Ana Carolina Albuquerque da Silveira Barros

### INTRODUÇÃO

A concepção de *desamparo* é introduzida na obra freudiana de forma mais objetiva quando analisada a partir da incapacidade do bebê de sobreviver por suas próprias forças, sem a ajuda de outro. Dependendo inteiramente de outro ser humano para satisfazer as suas necessidades, a criança se revela *impotente para realizar alguma ação eficaz*. Freud utilizou a palavra *Hilflosigkeit*<sup>7</sup> para denominar a relação primária de um ser humano com o outro, que significa uma experiência em que o sujeito se encontra sem ajuda, sem proteção, no desamparo.

A sociedade contemporânea está cada vez mais cercada por regras, normas e valores que englobam princípios individualistas, comprometendo os laços sociais. O ser humano contemporâneo tem na liberdade, na independência individual e no prestígio social do indivíduo seus grandes ideais, orientados para a satisfação e para o consumo. Essa forma de vida estimula e potencializa o sentimento de vazio e impotência no homem quando não conquistado determinado objetivo ou bem material, fazendo com que esteja cada vez

<sup>7</sup> Na síntese *Desamparo e metapsicologia — para situar o conceito de desamparo no contexto da metapsicologia freudiana* (1999), Zeferino Rocha, de acordo com o pensamento freudiano, relaciona a palavra *Hilflosigkeit* ao estado em que se encontra o recém-nascido, completamente impossibilitado de poder se ajudar a si mesmo com seus próprios recursos.

mais almejando preencher essa lacuna, manifestando a busca pela proteção face ao desamparo diante da incerteza e insegurança.

É possível também relacionar o enfraquecimento dos laços sociais em razão da tecnologia, que proporcionou avanços positivos, porém, ao mesmo tempo, contribuiu para o enfraquecimento do contato físico e para o isolamento social. Do mesmo modo, podem ser citadas as novas tipologias residenciais, que possuem características construtivas que favorecem a privacidade absoluta, promovendo ruptura da relação com o próximo e a exclusão social.

## O DESAMPARO NA ATUALIDADE

Enquanto a compreensão do amparo está relacionada ao amor, ao cuidado, à construção de vínculos afetivos, entre outras questões referentes à relação de um indivíduo com outro, o desamparo, embora se considere vulgarmente ser apenas o oposto do amparo, que se dá pela via do amor, vai mais além desse pensamento. A palavra *desamparo*, inicialmente, faz-nos pensar em significados relacionados à desproteção ou até mesmo solidão. Desamparo está associado ao verbo *desamparar*, que, segundo definição no dicionário, quer dizer *não amparar; abandonar*. Segundo Rocha (1999), “Desamparo não é um conceito qualquer nem se esgota na dimensão de um puro e simples sentimento”.

*Amparar* procede do latim *imparare*, de onde deriva diretamente *imparare*, em italiano, que significa *aprender*; em português, o sentido desviou-se, e, com efeito, ampara-se, protege-se aquilo de que estamos na posse. *Desamparar*, por conseguinte, além do sentido mais comum de deixar de amparar, não auxiliar, abandonar, encerraria também essa ideia de ausência de posse e da desproteção que daí decorreria (PEREIRA, 2000, p. 117).

Para representar a relação de um ser humano com o outro, Freud utilizou a palavra *Hilflosigkeit*, conforme dito antes. A sua definição, de acordo com Rocha (1999), está assim descrita:

A palavra *Hilflosigkeit* é muito significativa, uma vez que é composta do substantivo *Hilfe*, que quer dizer *auxílio, ajuda, proteção, amparo*, do sufixo adverbial modal *losig*, que indica *carência, ausência, falta de*, e ainda pela terminação *keit*, que forma substantivos do gênero feminino, cujo correspondente em português é a terminação *dade*. A palavra *Hilflosigkeit* significa, portanto, uma experiência na qual o sujeito se encontra sem ajuda — *hilflos* —, sem recursos, sem proteção, sem amparo. Uma situação, portanto, de desamparo (ROCHA, 1999, p. 334).

Ainda segundo Rocha (1999), a *Hilflosigkeit* freudiana se refere, primeiramente, ao estado em que se encontra o recém-nascido, completamente impossibilitado de poder se ajudar a si mesmo com seus próprios recursos. Ou seja, a criança é incapaz de satisfazer sozinha às suas necessidades vitais de sobrevivência, não apenas biológica; nesse caso, o desamparo é, sobretudo, uma dependência de amor.

A palavra *desamparo* foi encontrada nos escritos de Freud em 1895, no *Projeto para uma psicologia científica*, no qual o sentimento de desamparo se mostra a partir da relação de dependência de um recém-nascido com outro ser humano (OLIVEIRA; RESSTEL; JUSTO, 2014). A figura materna tem o papel fundamental no desenvolvimento emocional do bebê em relação ao seu mundo interno e externo. Antes do nascimento, o feto está ligado à sua mãe, ligado ao útero materno, e, ali, está protegido, fazendo surgir a ideia de abrigo. No momento do nascimento, existe uma ruptura, ou seja, um desligamento, e, a partir desse momento, inicia-se a relação do sentimento de desamparo, em que as primeiras experiências de vida é observada a dependência da ajuda de outros seres humanos e da necessidade de realizar trocas com o mundo para sobreviver. Dessa forma, o desamparo seria a primeira condição humana a que somos expostos desde o nascimento e acompanha o homem durante toda sua existência.

De acordo com Laplanche e Pontalis (2004), o desamparo é um estado de dependência absoluta do ser humano em relação a outra pessoa para satisfazer as suas necessidades, uma vez que ele é impotente para realizar suas próprias necessidades vitais.

Temos em mente que a contemporaneidade trouxe inúmeros avanços em diversos aspectos e que, da mesma forma que facilitou a vida dos indivíduos, também contribuiu para o enfraquecimento de laços vitais. Os laços sociais, por exemplo, estão cada vez mais enfraquecidos, uma vez que o bem-estar individual ganha soberania, deixando de lado as formas de interação em coletividade. As

pessoas constroem coletivamente as histórias e memórias presentes na sociedade, mas, em virtude da ausência dessa relação, o indivíduo contemporâneo vive um tempo no qual as relações são cada vez mais superficiais.

Uma forma de exemplificar a relação superficial entre os indivíduos na contemporaneidade é observar a dinâmica das redes sociais, um ambiente no qual o contato físico é inexistente. Nos dias atuais, as plataformas de comunicações virtuais estão cada vez mais presentes no cotidiano das pessoas, que passaram a ter diálogo virtualmente, deixando de lado o convívio presencial. Além disso, muitas vezes esses veículos de comunicação são vistos como fuga para expressar os sentimentos cotidianos, onde as pessoas postam conteúdos que transmitem os momentos que estão passando.

Outra forma de analisar essa relação presente na sociedade pode ser associando-a ao fator econômico. A vida moderna tem um ritmo acelerado, e, como as situações acontecem de forma momentânea e rápida, isso impulsiona a busca incontrolável do prazer e do consumo. O pensamento é consumir sem pensar nas consequências desse comportamento, estimulado pelo mundo moderno, que leva, cada vez mais, à individualidade e ao isolamento afetivo. As pessoas se preocupam cada vez mais em produzir e consumir bens e, por conseguinte, isolam-se, enfraquecendo, portanto, outros fatores essenciais ao bem-estar do ser humano, como é caso das relações interpessoais (SANTOS, 1999).

Assim sendo, o ser humano atual está subordinado à busca constante pela satisfação de alcançar algum objetivo que proporcione tal sentimento de plenitude. Porém, existe uma dependência em cada ação, visto que, quando alcançada determinada realização pessoal ou profissional, o indivíduo sempre busca um novo objetivo. É uma relação de dependência frequente em conseguir algo que motive, que tire da inércia e proporcione aumento da autoestima.

De acordo com Leite (2014), ao analisarmos a sociedade contemporânea, percebemos que ela não funciona a partir da necessidade e consumo, mas, sim, desejo e consumo por algum objeto. A necessidade está muito mais voltada para uma demanda consciente, enquanto o desejo está atrelado ao inconsciente humano. O desejo não está ligado ao objeto em si, mas ao que o objeto estaria representando para o indivíduo no plano do inconsciente, e, geralmente, esse objeto tende a ser ligado com as sensações de amparo, satisfação e proteção (LEITE, 2014).

As pessoas buscam ter satisfação e uma “vida perfeita”, com uma família estruturada, bom emprego e condições financeiras que possibilitem ter qualidade de vida. Uma das características da sociedade atualmente é justamente a aparência, a superficialidade, sem qualquer preocupação com a essência. Ainda segundo Leite (2014), os indivíduos acreditam que estão no controle de sua vida e de sua consciência, mas se tornam cada vez mais alienados frente às imposições da indústria cultural e aos mandos e desmandos da sociedade. Assim,

diante do desamparo radical, o sujeito pós-moderno abre mão de seu bem maior: a liberdade, pois, em troca de uma segurança ilusória, ele se oferece como escravo. Essa posição de servidão caracteriza uma condição de extrema miséria psíquica, na medida em que o sujeito está inserido na proteção da onipotência narcísica, no registro do ego ideal e não arrisca o imprevisível, ou seja, não se aventura na experiência da castração. Você me protege do desamparo, e, em troca, eu me submeto a qualquer coisa (MENEZES, 2006, p. 202).

O indivíduo se encontra cada vez mais separado do outro, visto que o consumo é um ato solitário e individual, uma satisfação advento do prazer. Diante disso, segundo Leite (2014), é possível compreender que a sociedade está atrelada ao modo de produção capitalista e à indústria cultural, que produzem e influenciam para o consumo e a satisfação individual. Essa sociedade, além de não amparar os indivíduos, desintegra as relações sociais e também destrói qualquer possibilidade de amparo real, ou seja, o individualismo acaba levando o sujeito ao retorno da vivência do estado de desamparo (LEITE, 2014).

Segundo Bronstein (2018), no livro *O mal-estar na cultura*, Freud destaca o embate entre o desejo de felicidade, que norteia a estrutura psíquica do ser humano, e a cultura, representada pela figura da civilização, em que está inserido. Segundo o autor, as raízes do sofrimento, ou mal-estar, estão presentes no livro em três níveis: a partir do próprio corpo; do mundo externo; e a partir das relações com outros indivíduos. Na procura por um “abrigo momentâneo” em detrimento do sofrimento que se desenvolve na sociedade, o indivíduo procura alívio no mundo interior, conforme o autor evidencia:

A proteção mais imediata contra o sofrimento que pode resultar das relações humanas é a solidão voluntária, o distanciamento em relação aos outros. Contra o temido mundo externo não é possível defender-se de outra maneira senão por alguma espécie de afastamento (FREUD, 2013, p. 65 *apud* BRONSTEIN, 2018).

Observando o cotidiano social contemporâneo, a felicidade é vista como sentimento que provém da satisfação que o ser humano se esforça para alcançar e preservar bens materiais. Esse sentimento, porém, não oferece o prazer prolongado e a satisfação intensa; surge, então, uma tendência das pessoas a se isolarem frente às fontes que ocasionam desprazer. Sendo as possibilidades de felicidade restringidas aos próprios indivíduos, já que o sofrimento, na perspectiva descrita, advém dos relacionamentos humanos. Assim, a defesa mais imediata é o isolamento, o distanciamento em relação a outras pessoas.

A partir do que exposto anteriormente, pode-se dizer que o mal-estar é uma característica inerente à civilização, fazendo com que as pessoas busquem, constantemente, formas de contorná-lo, o que gera um individualismo perante a coletividade.

Para Seligmann-Silva e Christian Dunker (*apud* BRONSTEIN, 2018), a colocação de Freud a respeito de mal-estar reflete uma condição mental que permite um entendimento mais amplo quando associado ao desabrigo propriamente físico, em relação à civilização, ao entorno urbano e à metrópole. Além disso, há uma relação com a configuração espacial que não oferece conforto e amparo — vinculado a proteção, refúgio e abrigo. Essa abordagem aparece no termo *Behagen*, usado por Freud para remeter ao sentimento de proteção, de abrigo. Já *Unbehagen* compreende a dimensão psicológica do desamparo.

A arquitetura atual desenvolve tipologias residenciais com características diferentes das residências unifamiliares tradicionais. No modelo tradicional de moradia, é mais evidente o contato dos moradores com o próximo, com o vizinho, o sentimento afetivo com a rua e o bairro. Por outro lado, no modelo contemporâneo, é incentivado um excesso de isolamento do convívio com o mundo externo, o que resulta na falta de aproximação entre as pessoas e na exclusão do convívio social.

A moradia não é apenas o espaço físico. É igualmente o espaço de histórias que dizem respeito à vida dos moradores, sendo o lugar

onde acontecem os relacionamentos entre as famílias e se constituem as diversas lembranças que são acumuladas durante o decorrer do tempo. O sentimento de pertencimento e o acúmulo de tempos e histórias individuais fazem parte dos lugares, que seriam centros de valores indispensáveis para a identidade das pessoas. Diante disso, a arquitetura não se limita apenas ao edificado, pode ser igualmente relacionada à dimensão imaterial, subjetiva, presente nos lugares.

É nesse sentido que a cidade e a arquitetura oferecem o processo de troca com o ser humano, considerando não apenas os espaços físicos, mas também os espaços simbólicos, onde as construções estão repletas de valores e memórias. Desconsiderando, no entanto, aparentemente, a importância desses espaços, a configuração urbana da cidade brasileira contemporânea segue em outra direção, como escreve Leitão:

Como consequência, do ponto de vista do ambiente construído, produz-se um espaço em tudo distinto da função primeira da arquitetura em seu papel de prover o espaço do acolhimento do humano em seu desamparo frente às intempéries da natureza, de oferecer abrigo, de favorecer o desenvolvimento do sentimento de pertencimento presente na relação sujeito-espaço (LEITÃO, 2005, p. 18).

A arquitetura sempre esteve profundamente presente na formação das identidades, e, assim como a memória, a identidade é construída pelos indivíduos a partir de um suporte espacial. Nesse sentido, segundo Moriconi (2014), a identidade não é algo congelado e estático, ao contrário, a construção da identidade é um processo sem fim, passível de experimentação e de mudança, não é definitivo, portanto, o que faz com que o processo identitário seja algo contínuo ao longo da vida. Um processo no qual o espaço habitado desempenha uma função relevante.

A arquitetura permite a materialização da cidade por partes, ao mesmo tempo que a própria cidade funciona como uma “casa em ponto grande”, dando ao cidadão a hospitalidade e o aconchego do lar (RAMOS, 2015, p. 63).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da busca constante para obter felicidade e satisfação pessoal, as pessoas têm se isolado diante do coletivo, exaltando valores individualistas em razão da satisfação pessoal e do próprio ego. Na contemporaneidade, o consumismo se tornou um meio nessa procura por uma vida bem-sucedida, bem como o sucesso individual se mostra como uma meta absoluta para aqueles que anseiam por poder e riqueza para si mesmos, subestimando o que verdadeiramente tem valor na vida coletiva.

Por outro lado, os avanços da tecnologia, a exemplo das redes sociais, possibilitaram melhorias nas formas de comunicação e auxiliaram o contato com pessoas muitas vezes distantes. No entanto, contribuiu para o afastamento físico, em decorrência da facilidade de acesso virtual, e, conseqüentemente, a limitação do contato presencial, uma vez que este fica em segundo plano, enfraquecendo os vínculos afetivos. Em outra perspectiva, a utilização das mídias sociais se mostra como uma fuga do desamparo, visto que as pessoas utilizam as plataformas muitas vezes para compartilhar sentimentos cotidianos.

Em relação à arquitetura, as pessoas constroem relações além do sentido físico, de abrigo, com o edificado. O sentimento de pertencimento e o acúmulo de tempos e histórias individuais constituem o lugar, e, com isso, possibilitam a construção de um elemento de proteção frente à condição de desamparo que envolve a todos.

## REFERÊNCIAS

- BRONSTEIN, Laís. *Espaço urbano e arquitetura pela lente do mal-estar*. XV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: [http://anpur.org.br/wp-content/uploads/2018/09/6\\_83027.pdf](http://anpur.org.br/wp-content/uploads/2018/09/6_83027.pdf).
- LAPLANCHE, Jean.; PONTALIS, J. B. *Vocabulário da psicanálise*. Tradução: Pedro Tamen. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- LEITÃO, Lúcia. *Quando o ambiente é hostil*. XII Congresso Brasileiro de Sociologia. Belo Horizonte, 31 de maio a 03 de junho de 2005.
- LEITE, Marco. *O desamparo na contemporaneidade e sua perspectiva*

- teórica de subjetivação*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2014.
- MENEZES, L. S. *Pânico: efeito do desamparo na contemporaneidade*. Um estudo psicanalítico. São Paulo: Casa do Psicólogo, Fapesp, 2006.
- MORICONI, Lucimara. *Pertencimento e identidade*. Trabalho de conclusão do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Faculdade de Educação/ Unicamp. Campinas, 2014.
- OLIVEIRA, Adriana; RESSTEL, Cizina; JUSTO, José. *Desamparo psíquico na Contemporaneidade*. Rev. Psicol. UNESP, Assis, v.13, n. 1, p.21-32, jan. 2014. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-90442014000100003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-90442014000100003&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 08 nov. 2018.
- PEREIRA, Suelena. *Desamparo e sublimação: uma proposta metapsicologia*. In: Psychê: Rev. Psicanálise, São Paulo, n. 5, v. 4, jun.-dez. 2000, p. 117-32.
- RAMOS, Fernando. *As cidades como as casas*. Revista de pesquisa em Arquitetura e Urbanismo. Instituto de arquitetura e urbanismo. IAU-SP. 2015.
- ROCHA, Zeferino. *Desamparo e metapsicologia* - para situar o conceito de desamparo no contexto da metapsicologia freudiana. Síntese. Revista de filosofia. v. 26, n. 86, p. 331-346, Belo Horizonte, 1999.
- SANTOS, Boaventura de. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 7º ed. São Paulo: Cortez, 1999.

## 5. DESAMPARO, CIDADE E POLÍTICA ESPAÇOS DE AFETO EM TEMPOS DE POLARIZAÇÃO

Lia Sabino

### INTRODUÇÃO

Recordo-me de um sábado à noite em que, ao sair da última sessão do dia do *Festival Janela Internacional de Cinema do Recife*, na qual foi reexibido *Central do Brasil*, de Walter Salles, um burburinho tomava conta da saída do cinema São Luiz. A notícia do fechamento de todos os bares da rua próxima Mamede Simões naquele mesmo sábado, supostamente por inconformidades encontradas pelo corpo de bombeiros (MESQUITA, 2018), dominava as conversas dos grupos. Percebi que certa sensação de desamparo tomava conta das pessoas. Em sua maioria jovens nos seus vinte e poucos anos identificados com posicionamentos políticos de esquerda, boa parte era frequentadora assídua da rua.

Havia menos de uma semana, o Brasil elegera um presidente identificado com a extrema-direita, e um clima de conservadorismo e perseguição de ideologias progressistas se fazia presente no País como um todo. Muitos na porta do cinema questionavam se aquele fechamento repentino dos bares, feito pela polícia em um horário suspeito, em pleno sábado, quando os bares se encontravam cheios de clientes, não seria já uma mostra dessa perseguição. Os oito bares

abrigados pela rua ao longo de uma única quadra têm fama de atrair um público jovem e de esquerda, semelhante ao do próprio *Festival Janela*, e naturalmente boa parte dos expectadores da sessão de cinema se dirigiriam para algum de seus bares após o fim do filme.

Agora, todos se encontravam desamparados, seu território seguro de socialização lhes havia sido retirado.



FOTO - ARTHUR MOTA. FONTE: Folha de Pernambuco.

Tendo em mente essa experiência de desamparo frente à perda, mesmo que momentânea, de um espaço público dentro de um contexto político específico, abracei a proposta de refletir acerca da relação entre desamparo, cidade e política, longe, é claro, de intencionar abarcar todos os aspectos complexos dessa relação.

## O DESAMPARO NA CIDADE

Adotei como ponto de partida para esta reflexão o texto seminal de Georg Simmel, *A metrópole e a vida mental*, publicado inicialmente em 1903. Tal escolha se dá graças à sua abordagem precoce (no início do século XX), sob a ótica da subjetividade, do mal-estar experimentado na vida nas grandes cidades e à coincidente e curiosa semelhança entre as reflexões encontradas nele e em *Central do Brasil*, filme presente na experiência que inspirou este artigo.

No clássico *A metrópole e a vida mental*, Simmel (1973) defende que, em termos psíquicos, a grande cidade seria um ambiente socioespacial onde o sujeito não se reconhece e onde não há o sentimento de pertencimento. Na metrópole — apresentada em seu texto como sinônimo de *grande cidade* —, o ritmo acelerado de acontecimentos e a grande carga de estímulos externos contribuiriam para o favorecimento do intelecto em detrimento do emocional humano. A multiplicidade e a concentração das trocas econômicas atribuiriam demasiada importância aos meios de troca em detrimento dos sujeitos, o que pautaria as relações econômicas na impessoalidade e no anonimato.

A vida na metrópole contrastaria, portanto, com a vida da cidade pequena e do campo. Esta última se estabeleceria sobre “[...] relacionamentos profundamente sentidos e emocionais [que] enraizam nas camadas mais inconscientes do psiquismo” (SIMMEL, 1973, p. 12). As relações se dariam de forma mais calorosa e pessoal, uma vez que o conhecimento dos indivíduos nesses pequenos círculos seria inevitável. Mesmo as trocas econômicas ocorreriam de maneira em que produtor e consumidor se conhecem, havendo maior importância dos sujeitos, e não dos meios de troca. Em resumo, nas palavras de Simmel, na obra citada, haveria nas grandes cidades uma “preponderância do espírito objetivo sobre o espírito subjetivo”, próprio do campo.

É inevitável perceber certo saudosismo do autor em relação à vida rural. Seu retrato da grande cidade é de um ambiente impessoal e frio, onde a atitude mental de uns para com os outros é de *reserva*, como ele escolhe chamar. Tal “reserva” seria guiada por uma atitude *blasé* própria dos metropolitanos, que a adotariam para se preservar do excesso de contato externo com um grande número de pessoas. No texto citado, um aspecto interior dessa reserva exterior seria não apenas a indiferença, mas a aversão, a estranheza e a repulsão ao outro, redundando em ódio e luta no momento de um contato mais próximo.

Leitão (2011) traz ainda uma importante chave de leitura para o texto de Simmel. Em seu artigo *A cidade de Simmel, a cidade dos homens*, a autora procura pensar a cidade em sua expressão subjetiva, relendo o desenraizamento de que trata Simmel (1973) sob a perspectiva do desamparo freudiano. Em sua análise, a cidade de Simmel seria um ambiente de desamparo onde o homem viveria sua experiência de exílio. Um exílio próprio da condição humana em que o homem se encontra apartado de seu lugar natal, para onde não é

possível retornar por mais que tente. Nas palavras de Said (2003), “[...] uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais pode ser superada”. Esse lugar natal idealizado seria, para Simmel, o campo, onde a vida e as relações se dão pautadas na sensibilidade e no afeto.

É curioso o fato de que *Central do Brasil*, exibido na sessão mote do presente artigo, apresenta em sua história elementos que dialogam com a visão de Simmel a respeito do desenraizamento sentido nas grandes cidades em contraste com o ideal de vida afetuosa do campo.

A impessoalidade e o anonimato próprios da cidade grande são retratados de maneira sublime nas cenas iniciais do longa-metragem, que mostram o vai e vem de milhares de anônimos que passam diariamente pela Central do Brasil e que se cruzam com indiferença, enquanto alguns indivíduos contam, através de cartas ditadas, um pouco de suas histórias e angústias pessoais sem que qualquer um daqueles passantes se importe com isso.

A trama central do filme gira em torno da história de Josué (Vinicius de Oliveira), que, diante de uma experiência de desamparo causada pela morte da mãe, inicia seu retorno do exílio, uma jornada da grande cidade, impessoal e fria, rumo a uma pequena cidade no interior de Pernambuco, onde espera encontrar o afeto paterno e novamente o conforto familiar.

Para realizar essa jornada, Josué se aproxima de Dora (Fernanda Montenegro), uma ex-professora amargurada que, por possuir a vantagem intelectual de saber escrever, ganha a vida redigindo cartas para analfabetos. Dora seria a típica metropolitana descrita por Simmel, agindo com extrema indiferença aos dramas vividos por seus clientes e expressos em suas cartas. Cartas estas que ela nem sequer se dá ao trabalho de postar. Dora age, num primeiro momento, com total indiferença ao desamparo vivido por Josué, e, diante da aproximação inevitável, ambos experimentam uma aversão e estranheza mútuas, talvez a aversão e a estranheza descritas por Simmel.

Sob essa chave interpretativa, *Central do Brasil* parece corroborar com a visão simmeliana das grandes cidades, enxergando-as como o exílio de Said (2003), onde o ser humano vive e alimenta sua condição de desamparo. No entanto, Leitão (2011) questiona essa visão inquirindo se não seria a cidade justamente um elemento substitutivo dessa falta primordial de que fala a psicanálise, uma expressão da maturidade da civilização, um elemento de proteção, um sucedâneo do útero, como poderia dizer Freud (1996, p. 59).

Nesta altura, cabe uma pequena digressão no texto para esclarecer, ainda que de maneira superficial, no que consiste o desamparo de que trata a psicanálise até aqui. Embora Freud não tenha realizado um estudo sistemático da experiência do desamparo, há hoje um consenso entre a maioria dos teóricos da psicanálise de que ela ocupa um lugar de destaque na teoria psicanalítica por se tratar de uma experiência estruturante da subjetividade (Rocha, 1999).

A experiência primordial de desamparo é, para Freud, inicialmente biológica e, segundo Zeferino Rocha (1999), decorre do estado em que se encontra o recém-nascido, totalmente incapaz de satisfazer sozinho todas as suas necessidades vitais de sobrevivência. A criança deixa o espaço intrauterino, onde todas as suas necessidades vitais são saciadas sem esforço, e passa a uma condição de total dependência de outrem para garantir sua sobrevivência e protegê-la dos perigos do mundo. Essa dependência da criança não é meramente biológica como se pode pensar, ela “[...] cria a necessidade de ser amado, que acompanhará a criança pelo resto de sua vida” (FREUD, [1926] 1996, p. 97).

Ao vivenciar a experiência do desamparo, o ser humano se encontra no mais profundo e doloroso estado de solidão. Zeferino Rocha (2016) faz uma analogia dessa solidão à do náufrago perdido na imensidão do mar e impossibilitado de encontrar sozinho uma saída para a situação em que se encontra. No entanto, é aí que o desamparo abre uma porta para a alteridade, ponto crucial para a abordagem do presente artigo. Diante do desamparo, o sujeito normalmente lança um grito de pedido de ajuda em direção ao outro. Há então a estruturação de um modelo de “subjetividade aberta”, “alteritária”, com o “ideal do ego”. Esse modelo de subjetividade

leva o ego a reconhecer suas deficiências e a buscar fora de si um ideal, que funciona como apelo, e não como exigência, e que está sempre presente no horizonte das buscas e das procuras do sujeito, animando-lhe a caminhada, mesmo quando se sabe que o ideal nunca poderá ser atingido plenamente (ROCHA, 1999, p. 338).

Como disse Joel Birman (1997, p. 91), “O Outro seria um polo fundamental para a constituição do sujeito, de forma que a psicanálise não se inscreve no campo do individualismo”.

Essa incapacidade biológica inevitável a todos “[...] marca a condição humana com o selo do desamparo” (ROCHA, 1999). Uma vez marcada pela experiência do desamparo biológico, essa condição primordial servirá de modelo para inúmeras outras experiências de desamparo futuras com as quais o ser humano se confrontará ao longo de sua existência (ROCHA, 1999).

Retomando o argumento de Leitão (2011), a cidade exerceria, portanto, um papel psíquico substitutivo frente ao desamparo. Afinal, como consta no Dicionário Houaiss, metrópole deriva do grego (mētra,as no sentido de “matriz, útero, ventre” e gr.pólis,eōs no sentido de “cidade”) e quer dizer “cidade-mãe” ou, ainda, “cidade útero. No entanto, a autora questiona se não seria esse caráter substitutivo a causa do mal-estar vivenciado e narrado por muitos, Simmel à frente, em relação à cidade.

A cidade, construída para proporcionar ao homem segurança e bem-estar, como queria Aristóteles (2002), foi incapaz de suprir esses anseios e de proporcionar a completude almejada à semelhança do útero materno. Na contramão de nossas expectativas, a cidade trouxe à tona nossas deficiências e impotências, nosso desamparo. Afinal, “[...] a condição humana implica falta, incompletude, desamparo” (LEITÃO, 2011, p. 467).

Para o pai da psicanálise, os poetas são aliados preciosos e seu testemunho merece a mais alta consideração, uma vez que, segundo ele, bebem em uma fonte ainda inacessível à ciência e falam, sem saber, daquilo que ele mesmo chegará a concluir após muito estudo e reflexão. Caetano Veloso, nos versos de sua canção Mãe, testemunha e expressa a experiência do desamparo. O compositor fala ao longo da música de sua infelicidade e “imensa solidão” diante do desamparo, enquanto cita de maneira aleatória elementos que seriam tentativas de suprir essa falta primordial, a falta do útero materno, a falta de sua mãe.

Entre esses elementos, encontram-se referências à cidade em si e à vida nela: cidades, mares, povo, rio, meninos, becos. No entanto, o próprio autor conclui, por fim, não ser possível suprir esse desamparo presente na condição humana: “Eu canto, grito, corro, rio e nunca chego a ti”.

## FRENTE AO DESAMPARO, ESPAÇOS DE AFETO

O argumento levantado no presente artigo é de que a impessoalidade e a indiferença a que foram alçadas as relações humanas nas grandes cidades, onde somos reduzidos a grãos de areia, como escreve Simmel (1973), desvirtuem o caráter substitutivo inicial pretendido para elas, como defende Leitão (2011) e provoquem esse sentimento de mal-estar vivenciado por tantos.

No entanto, as grandes cidades, não se definem apenas pela sua impessoalidade. Há dentro delas territórios de acolhimento, espaços de afeto, onde o reconhecimento mútuo e o compartilhamento de valores acontecem entre indivíduos de grupos específicos, tal como Simmel idealizara ocorrer na aldeia ou na cidade pequena.

A Rua Mamede Simões, mote deste artigo, constituiria, portanto, um desses territórios. Um espaço de relações pautadas na afetividade e na sensibilidade entre indivíduos que se reconhecem e se afetam mutuamente. Ali, os “meios de troca” seriam menos importantes do que os sujeitos, e haveria a preponderância não mais do “espírito objetivo”, mas do “espírito subjetivo”.

Portanto, a perda desse espaço substitutivo resultaria invariavelmente em uma experiência de desamparo, aos moldes do desamparo originário, como se viu na noite daquele sábado.

## O DESAMPARO NA POLÍTICA FRENTE À POLARIZAÇÃO

É impreterível, no entanto, pontuar que a situação vivenciada naquela noite não trata apenas do desamparo frente à perda de um espaço urbano de socialização e acolhimento caro a um grupo social. Trata também de um desamparo frente a perda de um espaço político. Os indivíduos protagonistas da experiência inspiradora do texto pertencem, sem dúvida, a um recorte político específico: jovens na casa dos vinte anos, identificados com ideologias progressistas de esquerda. Diante do avanço da extrema-direita, evidenciado no resultado das eleições ocorridas dias antes, esses indivíduos se encontravam, mais do que nunca, desamparados politicamente e necessitados de amparo, amparo este que deve ser buscado na alteridade como já citado de Zeferino Rocha. O que corrobora com um pressuposto freudiano central sintetizado por Safatle (2016): “O afeto que nos abre para os vínculos sociais é o desamparo”.

É importante perceber que é nesse espaço de afeto dentro da cidade que esses indivíduos criavam seus vínculos sociais e estabeleciam esse contato essencial com o outro, seu semelhante, capaz de amainar os efeitos paralisantes do desamparo, que, sem o outro, levariam ao desespero (ROCHA, 2016).

Se a conexão com o contexto de polarização política pode parecer exagerada, Safatle (2016) nos lembra que política é uma questão de circulação de afetos, sendo ela a determinar quais são os afetos que vão implicar sujeitos e modos de relação. Mais importante: para além de nossa tragédia humana, o desamparo se apresenta também como nossa potência. É através do desamparo como afeto central político — substituindo o medo — que podemos, construindo um modelo de “subjetividade aberta”, criar experiências políticas de verdadeira emancipação. Pois “[...] no desamparo, deixo-me afetar por algo que *me move* como uma força heterônoma” (SAFATLE, 2016, destaques meus).

Retomando Rocha (1999), precisaríamos abraçar nossa incurável incompletude, colocando-a no horizonte de nossas buscas e procuras, “animando-nos a caminhada” a cada novo dia. Ou como arre-mata novamente Caetano em sua canção, sobre a busca pelo preenchimento dessa falta primordial, a qual ele se refere como a busca pela sua própria mãe:

Eu sou um homem tão sozinho,  
Mas brilhas no que sou  
[...]  
Meninos, ondas, becos, mãe.  
*E só porque não estás*  
*És para mim que nada mais*  
*Na boca das manhãs*  
(Mãe, 1978, destaque meu).

## REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Política*. Trad. Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- BIRMAN, Joel. *Estilo e modernidade em psicanálise*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.
- CENTRAL do Brasil. Direção: Walter Salles Júnior. Produção: Martire de Clermont-Tonnerre e Arthur Cohn. Intérpretes: Fernanda Montenegro, Marília Pera, Vinicius de Oliveira, Sônia Lira, Othon Bastos, Matheus Nachtergaele *et al.* Roteiro: Marcos Bernstein, João Emanuel Carneiro e Walter Salles Júnior. [S. l.]: Le Studio Canal; Riofilme; MACT Productions, 1998. 5 rolos de filme (106 min), son., color., 35 mm.
- FREUD, Sigmund. [1926]. Inibições, sintomas e ansiedade. In: *Um estudo autobiográfico, inibições, sintomas e ansiedade, A questão da análise leiga e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, ESB, 1996, v. XX. p. 48-110.
- FREUD, Sigmund. [1930] O mal-estar na civilização. In: *O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, ESB, 1996, v. XXI. p. 38-92.
- LEITÃO, Lúcia. A cidade de Simmel, a cidade dos homens. *Cadernos MetrÓpole*, São Paulo, v. 13, n. 26, p. 461-471, jul./dez. 2011.
- MÃE. Intérprete: Gal Costa. Composição: Caetano Emanuel Viana Teles Veloso. Produção: Pedrinho Albuquerque. In: *Água viva*. Philips Records, 1978. 1 CD faixa 5.
- MESQUITA, Mariana. Corpo de bombeiros interdita bares na Rua Mamede Simões. *Folha de Pernambuco*. Recife, 11 nov. 2018. Acesso em 24 jan. 2019. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/noticias/cotidiano/2018/11/11/NWS,87184,70,449>, NOTÍCIAS, 2190-CORPO-BOMBEIROS-INTERDITA-BARES-RUA-MAMEDE-SIMOES.aspx
- ROCHA, Zeferino. Desamparo e metapsicologia. Síntese, Belo Horizonte, 1999, v. 26, n. 86, p. 331-346.
- ROCHA, Zeferino. Freud e o desamparo. In: *Ensaios psicanalíticos em interface com a Filosofia*. Recife: Cepe, 2016. p. 131-141.
- SAFATLE, Vladimir. *O circuito dos afetos – corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. São Paulo: Autêntica, 2016.

SAID, E. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. *In*: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 11-25.

## 6. O AMPARO E A LEI. DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA PROJETO E CONSTRUÇÃO: UMA LEITURA INFORMADA PELA PSICANÁLISE

Giovana Helena de Miranda Monteiro

Lei Federal nº 11.888, de 24/12/2008: Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16/06/2005.

Este capítulo oferece uma leitura pontual da lei federal brasileira de assistência técnica e de um decreto que, atualmente em elaboração, visa regulamentar sua aplicação no município de Belo Horizonte, Minas Gerais. O amplo espectro que esses instrumentos legais abarcam direciona o foco deste capítulo a conceitos que, informados pela psicanálise, podem revelar algumas sombras e lançar alguma luz na teoria, produção e experiência do espaço, especialmente do ambiente construído. Este capítulo aborda conceitos que podem favorecer o trabalho da assistência técnica para cocriação e fruição de um ambiente cuja produção tem amparo legal e que é relevante para o enfrentamento do desamparo inerente à condição humana. São abordados conceitos centrais e auxiliares, entre os quais está o de *desamparo*, que, no título deste capítulo, aparece curiosamente em sua versão afirmativa e de tantos sentidos: *amparo*.

Presente tanto no vocabulário jurídico quanto no psicanalítico, *amparo* denota a ação de amparar; o local de refúgio, abrigo; e ideias de esteio, proteção, arrimo, auxílio. Muitos desses termos são metáforas a partir de elementos característicos do ambiente construído

e evidenciam o papel estrutural da lei no enfrentamento do desamparo inerente à nossa estrutura, à condição humana essencialmente frágil e dependente. A opção por utilizar a palavra em seu sentido afirmativo quer dizer do potencial humano de intervir em sua realidade, apesar da dor e do sofrimento.

Uma vez que os conceitos abordados neste capítulo fazem referência à teoria e à práxis psicanalítica, seis esclarecimentos são fundamentais. Em primeiro lugar: apesar de frequentar cursos de psicanálise, na Aleph (Belo Horizonte), no Freud Museum e no — Centre for Freudian Analysis and Research (CFAR, Londres), minha experiência com a psicanálise é como analisanda e interessada, e não como psicanalista. Segundo: estou ciente dos limites da importação de ideias de um campo de conhecimento para outro, especialmente do campo psicanalítico para o da produção do ambiente construído e da apropriação crítica do espaço. Terceiro: estou ciente de que minha leitura do conhecimento que pertence a ambos os campos é limitada, mas noto que interseções entre psicanálise e ambiente também podem ser fecundas com outros entrelaçamentos e interpretações dos conceitos que incluí ou excluí deste capítulo, seja por escolha ou por limitações. Quarto: apesar dessas limitações, alguma leitura do conhecimento que pertence ao campo da psicanálise é indispensável para esta discussão, porque alguns de seus conceitos e ideias podem iluminar como nenhum outro uma abordagem da produção do espaço, sua cocriação, apropriação e aprimoramento. Quinto: a leitura que neste capítulo entrelaça conceitos psicanalíticos com uma apropriação crítica da produção do espaço reafirma uma prática valorizada por Freud na aplicação da psicanálise fora da clínica. Freud (1933, p. 307)<sup>8</sup> esperava dessa aplicação “uma rica safra de novas descobertas”<sup>9</sup>, apesar das dificuldades em combinar múltiplos campos do conhecimento. Sexto: elevo a produção do ambiente construído, em geral, e das edificações de interesse social, em particular, à categoria de questão de interesse público (*res publica*) e as discuto com o auxílio dos conceitos psicanalíticos usados como ferramentas nesta interlocução. Esses seis pontos reafirmam que nenhum arcabouço teórico pode abarcar todas as perspectivas, pois uma pode impedir

---

8 Freud, [1933]. *Novas conferências introdutórias à psicanálise, lição 34*, CL-XVIII, p. 307, GW-XV, p. 162; SE-XXII, p. 146.

9 “boa colheita de novos achados” (CL-XVIII, p. 307) segundo a tradução de Paulo Cesar de Souza para a Companhia das Letras (CL), mas, nesta passagem específica, siga a *Standard Edition* (SE-XXII, p. 146), que escreveu “a rich harvest of new discoveries”, a meu ver mais fiel à expressão escrita por Freud na *Gesammelte Werke* (GW-XV, p. 162).

de ver o que outras revelariam. Feitos esses esclarecimentos, retomarei agora os conceitos com os quais trabalho e as linhas de pensamento que articulo neste capítulo.

Para esta conceituação, que é apenas uma entre as muitas possíveis, dois termos se constituem como conceitos acessórios: práxis e teoria. Por exemplo, o que referi como práxis, no parágrafo anterior, faz referência ao que define Agnes Heller ([1970] 2008, p. 50) em *O cotidiano e a história*: “[...] ação total da humanidade que, construindo a partir do dado, produz algo novo, sem com isso transformar em novo o já dado”. Ao diferenciar práxis de atividade cotidiana, Heller ([1970] 2008, p. 49) afirma que “As ideias necessárias à cotidianidade jamais se elevam ao plano da teoria, do mesmo modo como a atividade cotidiana não é a práxis”. Esses conceitos são importantes para que se perceba, entre as atribuições da assistência técnica não só o aprimoramento da atividade cotidiana, mas também a produção de questões que auxiliem a produção do novo a partir das circunstâncias que se apresentam. Do mesmo modo que se pode dizer que tecnologia é um fenômeno que aprimora a técnica, pode-se compreender a práxis como um fenômeno que aprimora a atividade (cotidiana). Ao buscar construir, a partir do dado, o nunca antes intuído, a Assistência Técnica é análoga à práxis psicanalítica e ultrapassa a atividade cotidiana de arquitetas(os), urbanistas, engenheiras(os), sociólogas(os), assistentes sociais, entre outras(os) profissionais da equipe.

Enquanto atividade cotidiana, a Assistência Técnica busca fortalecer os laços entre o habitar e o interesse público através da produção e intervenção em um ambiente que favoreça a qualidade desse habitar<sup>10</sup>. Enquanto práxis, a assistência técnica busca facilitar a ação de sujeitos conscientes de sua responsabilidade na produção e no aprimoramento desse ambiente. Os conceitos trabalhados neste capítulo procuram facilitar essa conscientização. Essa abordagem se inspira no pensamento do filósofo húngaro Georg Lukács, que, segundo Heller (1977), entende o cotidiano como fonte primitiva do pensamento e do comportamento estético e científico, que brotam do pensamento cotidiano para se diferenciar e regressar, no processo de sua apropriação, ao lugar de onde partiram. Uma vez que Lukács se refere ao comportamento estético, noto que o historiador e crítico da

---

10 Exemplos das atividades que essa lei ampara estão em <https://arquitetosdavila.arq.br/>, também mencionados na reportagem <https://pme.estadao.com.br/blogs/blog-do-empendedor/a-habitacao-adequada-como-faisca-da-transformacao-social/>, acesso em 1º/02/2021.

arquitetura Anthony Vidler (2000) lembra que Freud ([1919] 2010, p. 329) definiu estética como “teoria das qualidades do sentir”<sup>11</sup>. Essa definição auxilia notar que a produção do espaço vai muito além da produção do que se capta apenas com o sentido da visão.

Percebendo a produção do espaço como produção de vida e de oportunidades de expressão para os sujeitos que o habitam, é oportuno lembrar as categorias reunidas por Leon Battista Alberti (1404-1472) para qualificar a edificatória e elevá-la à questão de interesse público (*De re aedificatoria* ([1485] 2004)). Em seu parágrafo segundo o art. 2º da Lei nº 11.888/2008 remete à ação de qualificar, que justifica o aparato legal e conceitual aqui reunido, pois, para que se possa de fato *qualificar* é necessário saber o que isso quer dizer nos termos da produção do espaço.

Art. 2º § 2º Além de assegurar o direito à moradia, a assistência técnica de que trata este artigo objetiva:

I - otimizar e qualificar o uso e o aproveitamento racional do espaço edificado e de seu entorno, bem como dos recursos humanos, técnicos e econômicos empregados no projeto e na construção da habitação;

...

IV - propiciar e qualificar a ocupação do sítio urbano em consonância com a legislação urbanística e ambiental (BRASIL, Lei nº11.888/2008).

Com o aparato conceitual aqui articulado, é possível à assistência técnica — tanto como *práxis* quanto como atividade cotidiana — saber o que lhe cabe favorecer, no âmbito da “otimização” e qualificação do

---

11 Para a edição da Companhia das Letras (CL), Paulo Cesar de Souza traduziu a expressão escrita por Freud na *Gesammelte Werke* (GW-XII, p. 228) — “Lehre von den Qualitäten unseres Fühlens” — como “teoria das qualidades do nosso sentir” (CL-XVIII, p. 329) mas, nesta passagem específica, optei, como parece ter feito Vidler, pela *Standard Edition* (SE-XXII, p. 146), que traduziu como “the theory of the qualities of feeling”. O termo *Lehre*, em alemão, também pode ser traduzido como *ensino*, sendo então possível interpretar que Freud considera nesse texto que a estética descreve o ensino — ou, eu diria, o processo de aguçar a percepção — das qualidades do nosso sentir.

espaço, e por que, no âmbito do sujeito. Alinhadas ao que Freud se refere como *estética*, qualidades que Françoise Choay (2004), outra historiadora e crítica da arquitetura e do urbanismo, salienta na teoria de Alberti são úteis para darmos sentido ao que constitui essa “otimização” e “qualificação do espaço”: *utilidade, prazer, dignidade, comodidade, agradabilidade, adequabilidade*. Percebo essas qualidades como ideias capazes de orientar a produção do espaço para os atributos almejados pelo trabalho de assessoria e assistência técnica que essa lei ampara.

Essas qualidades possibilitam, a quem produz e intervém no espaço, visar sua utilidade, não só aquela que terá para aquelas(es) a que serve — sua função —, mas também o uso que ali se dará — diurno, noturno, para crianças, adultos, ambos? Espaços de qualidade demandam comodidade, dignidade, agradabilidade. A dignidade de serem apropriados ao uso e adequados às necessidades de quem vai usá-los, que inclui sua acessibilidade universal. A comodidade contribui para que o espaço seja agradável, possibilitando que a atividade ali realizada seja assim percebida por quem a realiza. Em Alberti ([1485] 2004), lê-se que a comodidade está ligada à diversidade dos sujeitos que, pela mediação de seus desejos, investem esforços e, em um incessante processo, torna outro o espaço que habitam.

Por exemplo, é muito mais produtivo estudar/trabalhar em um ambiente ventilado e bem iluminado, no qual se deseja permanecer e a que se chega sem desperdício de tempo nem energia. Todos esses fatores contribuem para que o investimento dos sujeitos na atividade não se dissipe em circunstâncias improdutivas, tais como o tráfego, longos percursos sob o sol, assentos desconfortáveis ou inexistentes. Enquanto a dimensão das janelas em relação à área e à geometria do espaço que ventila e ilumina é estabelecida em lei municipal<sup>12</sup>, a distância mínima entre os blocos de apartamentos de um mesmo conjunto habitacional é parâmetro estabelecido por decreto que regulamenta essa legislação. A constante produção e revisão desse aparato legal são indispensáveis, pois, se não forem explicitados em lei, esses quesitos se sujeitam à usura que rege a especulação imobiliária e da qual o Estado deve proteger a população, amparando-a contra a ganância do mercado.

---

<sup>12</sup> Belo Horizonte, Lei nº 9.725, de 15/07/2009, regulamentada pelo Decreto nº 13.842/2010.

A maior parte desses parâmetros está diretamente ligada à atividade cotidiana de arquitetas(os) e urbanistas a quem cabe dar forma ao termo *qualificar*, que a lei ampara. Esse delineamento inclui a adoção de uma terminologia precisa e de fácil compreensão, de cuja definição Alberti é referência-chave na História da Arquitetura. Para “[...] otimizar e qualificar o uso e o aproveitamento racional do espaço”, como se lê na lei, algumas atividades são indispensáveis: i) a definição do que, na prática, significam esses termos na produção do ambiente construído; ii) a definição de parâmetros que orientem a produção do espaço; iii) o envolvimento dos habitantes nas proposições e revisões desses termos e parâmetros.

Amparando esses parâmetros e o envolvimento ativo dos habitantes, a lei pode facilitar a produção daquilo a que ela não se refere diretamente, mas que não escapa a Alberti. Trata-se do prazer engendrado (gerado, produzido, inventado, imaginado, enge-nhado) pela beleza. Aprendemos, a partir de Alberti ([1485] 2004), que a beleza não é finalidade da arquitetura, mas a ajuda a realizar sua finalidade: mantermo-nos juntos em um ambiente propício ao desenrolamento. Esse engendramento de prazer, de satisfação, independentemente do quão árduo seja a tarefa a realizar, constitui o refinamento supremo da edificatória. O respeito à necessidade e à comodidade constitui condição necessária, mas não suficiente para esse refinamento. A beleza, sem padrões, é fundamental também no ambiente construído.

Em Belo Horizonte, o decreto que regulamenta a aplicação da Lei nº 11.888/2008 está em elaboração e inclui, nas diretrizes, “Promover a divulgação *linha programática de assistência e assessoria técnica*, conscientizando a população beneficiária da importância do seu protagonismo na qualificação habitacional e regularização do patrimônio”<sup>13</sup>. Juntamente com o termo *qualificar*, a presença do termo *conscientizar* nesse decreto ampara a trama de conceitos que busco tecer neste capítulo. Conscientizar a população da importância de seu protagonismo é tarefa que ultrapassa a formação de muitas(os) arquitetas(os), urbanistas e demais profissionais da produção do espaço. Em *Pedagogia da autonomia*, Paulo Freire ([1996] 2011) relaciona a “conscientização” à capacidade de *re-conhecer*.

Paulo Freire valorizou, em sua pedagogia, a consciência crítica das relações que o habitante estabelece com o contexto em que está inserido, incluindo o ambiente. Freire ([1996] 2011) entende que a

---

<sup>13</sup> Texto obtido junto ao grupo reunido, e do qual participo, para a elaboração do decreto que regulamenta a aplicação da Lei Federal no município de Belo Horizonte.

consciência sobre as circunstâncias é um componente do movimento dos sujeitos em direção à autonomia. Praticando uma pedagogia que inclui o espaço como ferramenta educacional, Freire define *autonomia* como um efeito da capacidade de os sujeitos reconhecerem como se apresentam as questões que brotam de sua realidade e de criarem modos e meios de se haver com elas. Essa definição de autonomia revela o papel central do espaço na capacidade de *re-conhecimento* e, por esta, na conscientização. Com Freire, aprende-se que o envolvimento dos sujeitos com o seu ambiente pode ter papel fundamental tanto no reconhecimento de virtudes características desses lugares e de seus modos de vida quanto no enfrentamento da forma que o desamparo toma no mundo concreto, tais como a opressão e a dependência extrema.

Esta expressão *dependência extrema* ganha feições visíveis no ambiente construído de muitas cidades brasileiras e merece alguma atenção. Herdeira e ao mesmo tempo provedora do desamparo, a ideia de *dependência extrema* aparece em Freud através do termo *Abhängigkeit*, que alude à imagem de um sujeito pendurado em algo. Em *A perda da realidade na neurose e na psicose*, Freud (1924, CL-XVI, p. 215; GW-XIII, p. 363; SE-XIX p. 183) delineou duas formas de relação com a realidade (*Realität*): *Abhängigkeit* e *zurückzieht*. Em *Abhängigkeit*, o sujeito está pendurado por uma porção (*Stück*) da *Realität*, enquanto, em *zurückzieht*, o sujeito se retira (*zurückzieht*) de uma porção (*Stück*) da *Realität*. O sentido de *Abhängigkeit* pode variar desde as condições de dependência próprias da espécie humana — em que o bebê nasce ainda muito dependente de cuidados — até as de subordinação, servidão, colonização, escravidão; encharcadas de frustração. *Condições (Verhältnissen)* é um termo utilizado por Freud (1923d, *Neurose e psicose*, CL-XVI, p. 182; GW-XIII, p. 391; SE-XIX p. 152) quando afirma que os efeitos daquilo que afeta os sujeitos dependem das constelações/condições econômicas (*ökonomischen Verhältnissen*). O termo *oikos* — que designa casa, em grego — e *nomos* — organização — revelam não só a origem do termo *econômico*, mas também o recurso recorrente de Freud ao vocabulário do ambiente construído. Aqui, ele quer dizer que a organização psíquica dos sujeitos depende das magnitudes quantitativas e qualitativas de suas pulsões e de como elas se dispõem em seus contextos interno/externo, objetivo/subjetivo. A organização psíquica dos sujeitos afeta as relações que estabelecem com a realidade, condicionando o grau com que se retiram dela ou com que a ela se subordinam.

Sabendo que o ambiente construído tem efeito sobre a organização psíquica dos sujeitos, percebem-se seus potenciais efeitos tanto na dependência extrema quanto na opção dos sujeitos em se abster de agir para transformar sua realidade. Muitas vezes cansados de lutar, os sujeitos veem esgotadas suas possibilidades. Ou seja, o envolvimento dos sujeitos com a produção do ambiente construído revela o que foi feito das frustrações que dali mesmo se originou. A partir do que lemos em Lukács (Heller, 1977), penso que o ambiente construído instiga formas de perceber e agir que, pela via do pensamento crítico, podem se diferenciar e transformar, no processo de sua apropriação, o lugar de onde partiram. Esse ciclo pode ajudar a “trans-formar” esse ambiente, dar-lhe formas outras, não sem antes re-conhecer suas qualidades e questões locais e específicas.

Vale lembrar a ajuda que Freud oferece na percepção de que os sujeitos, auxiliados por suas patologias de maior ou menor intensidade, dão forma ao desamparo, que é inerente à condição humana. Os modos que criam para enfrentá-lo, que incluem a ação transformadora, mas também a negação, a evitação, a postergação, a abstração, podem levar os sujeitos a “materializar” e repetir o abandono original, abandonando-se a si mesmos. Assim, abandonam-se à doença, à narcose, à dependência extrema, através das quais se retiram de um envolvimento com uma porção da realidade ou, digamos, “des-envolvem-se”. Nota-se que, em português, não há antônimo para *envolvimento*. Portanto, há que se construir esse antônimo do mesmo modo que construímos *os de união, humano, igualdade, amparo*; ou seja, com o acréscimo do prefixo *de-s-*, para formar: *desunião, desumano, ‘desigualdade’, desamparo, desenvolvimento*. Chega-se, assim, a esse termo usado para dizer de uma busca que também diz de seu maior obstáculo, pois o que se define por *desenvolvimento* não se dá sem envolvimento. Em outros idiomas, o que queremos dizer pode ser melhor traduzido como *desenrolamento*, pois explicita a ideia de sair do envelope, desenrolar-se: *development, sviluppare, desarrollo*.

O termo *des-envolvimento* pode dizer, então, desse sintoma notado por Freud em seus estudos sobre a neurose e a psicose. O sujeito se retira dessa porção da realidade — o ambiente — ou, entre outras variações, torna-se extremamente dependente de produções que lhe são alheias<sup>14</sup>. Sabendo que o ambiente construído pode con-

14 Na Inglaterra, a condição de extrema dependência da produção habitacional de iniciativa governamental expõe os moradores às agruras de quem não tem autonomia para produzir uma habitação para si com os recursos de que dispõe, apesar de todos os problemas que implicam e originam essa iniciativa. Se, no Brasil e em outros países da América Latina, por exemplo, é possível identificar essas moradias pela sua aparência externa e pela urbanização — geralmente deficitária — de seu

tribuir para agravar essa patologia ou ajudar a amenizá-la, a consciência dessa conexão pode ser útil para arquitetos, urbanistas e demais envolvidos em sua produção e apropriação crítica. Na tentativa de esmiuçar essa conexão, proponho uma articulação entre a “conscientização” que lemos em Freire ([1996] 2011) e as etapas elencadas por Christian Dunker (2015, p. 275) em *Mal-estar, sofrimento e sintoma: reconhecimento, discernimento, separação e ato, diferenciação e efetivação*. Sabendo que nenhuma delas se realiza sem envolvimento, vale lembrar que Freud ([1923] 2011, CL-XVI, p. 16-7) afirma, em *O Eu e o Id*, que, segundo teoria psicanalítica, algumas “[...] ideias psíquicas não podem ser conscientes porque certa força se opõe a isso, que de outro modo elas poderiam tornar-se conscientes”. Tornar-se consciente, no entanto, não é garantia de que determinada ideia se efetive no mundo concreto em que habita o sujeito. Seja porque “[...] uma ideia agora consciente não o é mais no instante seguinte” (Freud, [1923] 2011, CL-XVI, p. 16), seja porque o percurso entre o *reconhecimento* da questão até uma *efetivação* de seu enfrentamento conta com os mais variados obstáculos, tanto internos quanto externos ao sujeito<sup>15</sup>.

A tarefa de conscientizar os sujeitos da necessidade de se envolver com o seu ambiente e com o seu aprimoramento torna essas cinco etapas delineadas por Dunker elementares na elaboração de políticas públicas que visem contribuir para o enfrentamento do desamparo. Essa tarefa exige ainda que se ofereçam lugares e oportunidades que despertem as percepções dos sujeitos e instiguem seu envolvimento com as qualidades do sentir que elas despertam.

---

entorno, na Inglaterra — e em outros países que se promovem como desenvolvidos, a precariedade muitas vezes se restringe ao interior de edificações dispostas em áreas urbanizadas. Esta reportagem do *The Guardian* (<https://www.theguardian.com/society/2021/jan/31/dont-make-us-move-in-a-pandemic-plead-tenants-in-direct-council-housing>, acesso em 1o/02/2021), por exemplo, evidencia essa contradição, assim como o filme *Daniel Blake* (2016), do cineasta britânico Ken Loach.

15 Em *O Eu e o Id*, Freud propõe três instâncias psíquicas que compõem o sujeito: o *Eu*, o *Id* [que muitas publicações traduzem como ‘Isso’] e o *Super-Eu*. Articuladas e não rigidamente distintas — “O *Eu* cria seu *Super-Eu* a partir do *Id*”; “O *Eu* é uma parte do *Id* especialmente diferenciada” (Freud, [1923] 2011, CL-XVI, p. 48) — essas instâncias constituem para Freud um avanço na já ultrapassada distinção binária entre consciente e inconsciente. Essa divisão “[...] deve revelar-se também um meio para a compreensão mais profunda e melhor descrição das relações dinâmicas da vida psíquica” (p. 49). Por exemplo, tanto o *Eu* quanto o *Id* se acham sob a influência da pulsão, mas o *Eu* também se acha sob a influência da percepção. Freud enfatiza ainda que “O *Id* é incapaz de viver ou experimentar vicissitudes externas senão através do *Eu*, que nele representa o mundo externo” (Freud, [1923] 2011, CL-XVI, p. 48) e, no mundo externo, o representa pela ação e pelo comportamento.

Ambientes apropriados e dignos podem ser facilitadores da conscientização ao instigar em seus frequentadores o desejo de construir e oferecer o melhor destino possível para suas pulsões.

A partir da articulação de Freud, Freire e Dunker, *conscientizar* pode ser compreendido como o processo de *facilitar*: a) que a “população beneficiária” re-conheça questões presentes em seu ambiente (olhando-as por outras perspectivas, por exemplo), re-conheça-se nelas, em maior ou menor grau, e se expresse sobre esse reconhecimento; b) o discernimento das características do que pode “otimizar e qualificar” o ambiente em que se irá intervir; c) a organização e realização das tarefas conforme a disponibilidade e destreza dos envolvidos; d) a percepção das diferentes circunstâncias e da potencial riqueza dessa diferenciação; e) a efetivação do envolvimento, da transformação do ambiente e dos efeitos a que podem levar. De forma sintética, esses itens se expressam no texto do decreto<sup>16</sup> ao estabelecer os objetivos específicos da linha programática de assessoria e assistência técnica:

- Viabilizar acesso continuado, diversificado e adaptável de assistência e assessoria técnica para atendimento das demandas específicas em todas as etapas do processo de produção ou qualificação do espaço.

- Promover o protagonismo da população beneficiária nas diversas etapas de desenvolvimento dos serviços (BELO HORIZONTE, Decreto em elaboração, 2021).

A necessidade de produzir um ambiente que efetivamente responda às demandas latentes e manifestas de uma determinada coletividade também é mais facilmente compreendida com o auxílio de conceitos encontrados na teoria psicanalítica. Enquanto D. W. Winnicott ([1953] 1971) faz compreender o objeto e o fenômeno transicionais como oportunidades para que as realidades interna (psíquica/subjetiva) e externa (objetiva/do ambiente) se articulem e se evidenciem mutuamente, Christopher Bollas (2009, p. 86) se refere ao objeto transformacional como aquele que “lança o Eu às possibilidades de expressar-se” (*releases the self into expression*). Em uma porção da Vila Sport Club<sup>17</sup> as imagens a seguir ilustram uma apropriação e aplicação prática desses conceitos no ambiente construído.

<sup>16</sup> Em elaboração para regulamentar a aplicação da Lei Federal nº 11.888/2008 em Belo Horizonte.

<sup>17</sup> Essa área pode ser identificada no BHMAP (sistema de georreferenciamento de Belo Horizonte) — pelo link, e no Google Maps nas coordenadas 19o 56'42.5"S44o00'41.5"W(-19.94546.-44.011533), ambos acessados em 29/01/2021.



**FIGURA 1 – VILA SPORT CLUB / FUTURA ÁREA DEDICADA ÀS CRIANÇAS.**  
**FONTE:** Urbel (DVPR), novembro/2019.



**FIGURA 2 – ÁREA DEDICADA ÀS CRIANÇAS NA VILA SPORT CLUB.**  
**FONTE:** Urbel (DPO), dezembro/2020.

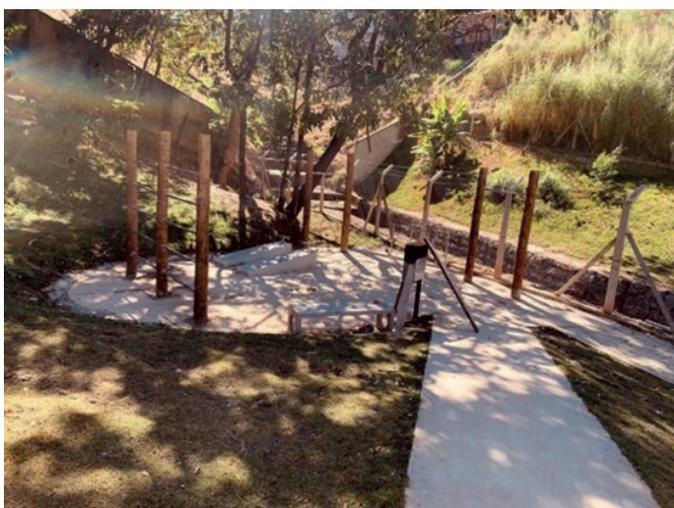
Na Figura 1, vê-se como estava uma determinada área antes que o projeto a tornasse espaço dedicado às crianças e ao seu interagir, às suas brincadeiras (Fig. 2). Oferecendo lugar para suas possibilidades

de expressão, essa produção do espaço favorece o envolvimento das crianças com sua realidade externa, edificada e edificante, e também com o seu mundo subjetivo, sua imaginação, sua criatividade.



**FIGURA 3 – VILA SPORT CLUB – OBRA DE CONTENÇÃO DAS MARGENS FLUVIAIS E DE CRIAÇÃO DE ESPAÇO PARA EXERCÍCIO FÍSICO DOS HABITANTES.**

**FONTE:** Urbel (DVPR), novembro/2019



**FIGURA 4 –ÁREA DE EXERCÍCIOS COM PISTA DE CAMINHADA NA VILA SPORT CLUB.**

**FONTE:** Urbel (DPO), dezembro/2020

Na Figura 3, vê-se como se encontram as margens do Ribeirão Água Branca (Bacia do Rio Arrudas) durante a obra de sua recuperação na Vila Sport Club. Na Figura 4, já se vê essa área transformada em pista de caminhada através da qual se acessa uma área de aparelhos de ginástica. Nas Figuras 5 e 6, a seguir, um registro das condições do ambiente em 2018 e de como estava nos momentos finais da obra, em 2020.



**FIGURA 5 – VISTA DA ÁREA A PARTIR DA RUA ALUZITA.**  
**FONTE:** Google Street View, outubro/2018.



**FIGURA 6 – VISTA A PARTIR DA RUA ILMENITA.**  
**FONTE:** Urbel (DPO), dezembro/2020.

Oferecendo lugar para a interação social e a atividade física, essa produção do espaço na Vila Sport Club favorece o encontro e a dignidade dos moradores do bairro. Esse exemplo ilustra a contribuição que a mudança do espaço pode dar para a transformação das realidades dos sujeitos através da oferta de lugares onde possam exercer sua condição de ser ativo, criativo e atento ao cuidado de sua saúde física e mental. Mais uma vez citando Freud em *O Eu e o Id*, a importância do ambiente construído parece evidente na formação dos sujeitos: “O Eu é, sobretudo, corporal, não é apenas uma entidade superficial, mas ele mesmo a projeção de uma superfície” (Freud, [1923] 2011, CL-XVI, p. 32). Portanto, se a superfície oferecida ao Eu instiga o viver ativo, pode-se inferir que os efeitos dessa atividade ultrapassam seu corpo físico e podem ajudar o sujeito a alçar suas potencialidades outras: psíquicas, políticas, intelectuais. A importância de oferecer ao Eu elevadas e variadas oportunidades de expressão é que a essa instância cabe efetivar a interação com o mundo externo, com a realidade (Freud, [1923] 2011, CL-XVI, p. 45).

Enquanto *fenômeno transicional* (Winnicott, 1953), a interação dos sujeitos com o ambiente pode facilitar o *re-conhecimento* e engatilhar a conscientização. Enquanto *objeto transformacional* (Bollas, 2009), o ambiente construído pode consolidar e disseminar essa consciência. Exemplos desses fenômenos e objetos costumam estar presentes na infância de quem jogou bola, desenhou, andou de bicicleta, entregou-se à leitura em seu cantinho preferido, dentro ou fora de casa. Essas atividades enquanto fenômenos transicionais possibilitam que o sujeito em formação se perceba na articulação de suas realidades interna e externa e suas questões subjetivas e objetivas e interaja com o mundo e com os outros. O jogo de bola, a mobilidade e a independência possibilitadas pela bicicleta, os lápis de cor e também as letras podem se tornar objetos e processos transformacionais na medida em que lançam o sujeito à possibilidade de se expressar através deles e de se desenrolar. Nessa mesma linha de pensamento, o ambiente construído pode ser, para os sujeitos individuais e coletivos, objeto e efeito de sua expressão na porção de realidade que ele constitui. Objeto e efeito de seu desenrolamento, talvez. *Desenrolamento* poderia então ser definido como a práxis de transformar a realidade através desse expressar-se, através da externalização dos sujeitos em suas atividades e seu aprimoramento através delas. Daí a responsabilidade das(os) arquitetas(os) e urbanistas na produção de espaços que amparem esse expressar-se, não apenas possibilitando-o, mas também favorecendo-o, ou seja, efetivando as

necessidades latentes e manifestas em espaços em que seja agradável expressar-se — na horta, na quadra, no trabalho/estudo, na pista de caminhada. Como a enfatizar essas necessidades, a pandemia da Covid-19 nos exige valorizar cada vez mais os ambientes abertos, ao ar livre, e que, em nosso clima, podem ser usados o ano todo.

Modos de nos possibilitar o encontro e a permanência juntos são modos pelos quais o ambiente construído pode amenizar o desamparo inerente à condição humana e a fragilidade diante da doença e da miséria. Por isso, o amparo da lei é tão importante na produção desse ambiente. Do mesmo modo que não basta ocupar um espaço, pois é preciso-se ocupar dele, não basta dispor da lei, é necessário se dispor a ela, apropriar-se de seus termos, atribuir-lhes sentido. Isso é trabalhoso e mostra que a lei ampara, mas também precisa de amparo (analítico e crítico). Se a lei se deitasse no divã a dizer-se, talvez não só escutaríamos as agruras e agonias de uma instância formada pelo *Eu* para a ela própria submeter-se. É possível que, como acontece com qualquer analisando, também ouvisse, de quem a escuta, a indagação: “O que isso quer dizer?” e, tanto melhor: “O que deseja fazer com isso?”.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Leon. [1485]. *L'art d'edifier [De Re Aedificatoria]*. Tradução: CAYE, Pierre; CHOAY, Françoise. Paris: Seuil, 2004.
- BELO HORIZONTE. Lei nº. 9.725, de 15 de julho de 2009. *Institui o código de edificações do município de Belo Horizonte e dá outras providências*. Disponível em: [https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-ordinaria-9725-2009-Belo-horizonte-MG-consolidada-\[04-02-2020\].pdf](https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-ordinaria-9725-2009-Belo-horizonte-MG-consolidada-[04-02-2020].pdf), acesso em 01/02/2021.
- BOLLAS, Christopher. *The evocative object world*. London: Routledge, 2009.
- BRASIL. Lei nº. 11.028, de 24 de dezembro de 2008. *Lei de assistência técnica para o projeto e construção de habitação de interesse social*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.htm), acesso em 26/01/2021.

- CHOAY, Françoise. Introduction. In: ALBERTI, Leon. *L'art d'edifier*. Paris: Seuil, 2004, p. 11-39.
- DUNKER, Christian. *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- FREIRE, Paulo. [1996]. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- FREUD, Sigmund. [1933]. Novas conferências introdutórias à psicanálise. In: *Obras completas v. XVIII*, p.124-354. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- FREUD, Sigmund. [1923]. O Eu e o Id. In: *Obras completas v. XVI*, p. 13-74. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- FREUD, Sigmund. [1919]. O inquietante. In: *Obras completas v. XIV*, p. 328-376. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- HELLER, Agnes. [1970]. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- HELLER, Agnes. *Sociologia de la vida cotidiana*. Barcelona: Península, 1977.
- VIDLER, Anthony. *Warped space: art, architecture and anxiety in modern culture*. Cambridge: MIT, 2000.
- WINNICOTT, Donald. *Transitional objects and transitional phenomena*. *International journal of psycho-analysis*, 34: 89-9, 1953.
- WINNICOTT, Donald. *Playing and reality*. London: Tavistock, 1971.

## 7. ESPAÇO E DESAMPARO EM “A OBSCENA SENHORA D” UMA REFLEXÃO INTERDISCIPLINAR POR MEIO DA ARQUITETURA E DA PSICANÁLISE A PARTIR DA NOVELA DE HILDA HILST.<sup>18</sup>

Humberto Lima

Os poetas e os romancistas são aliados preciosos, e o seu testemunho merece a mais alta consideração, porque eles conhecem, entre o céu e a terra, muitas coisas que a nossa sabedoria escolar nem sequer sonha ainda. São, no conhecimento da alma, nossos mestres, já que somos homens vulgares, pois bebem de fontes que não se tornaram ainda acessíveis à ciência.

Sigmund Freud (1907)

Tal qual o espaço da arquitetura, o espaço da literatura se faz em um vazio pleno de significados. Como no do mundo real, este se enche de sentido quando personagens o habitam ou nele “andam e vivem” (ZEVI, 1997, p. 18). Em contrapartida, a própria arquitetura seria um discurso narrativo, pois as palavras que se falam e se escrevem a fim de descrevê-la direcionam a formas de pensar e viver o espaço arquitetônico (FORTY, 2004). Ou, como preferem Markus e Cameron (2002), textos precedem, acompanham e transformam espaços.

A palavra escrita é veículo que carrega e demanda as vivências de quem escreve e de quem lê. O espaço por ela definido se constrói simbolicamente e, ainda que não se materialize, constitui realidades e sentidos personalizados; ou imagens variacionais, como conceitua Bachelard (1989). O semiólogo Umberto Eco (1997) afirma que apenas aparentemente os objetos arquitetônicos estão presos a uma

---

<sup>18</sup> Este texto foi originalmente publicado na Revista Investigações linguística e teoria literária, Recife, v. 31, n. 1, p. 54-65, ago. 2018.

simples denotação primária, pois, na verdade, possuem uma série de significados secundários conotativos. Desse modo, cada pessoa, à sua maneira, poderia extrair dessa linguagem o conhecimento próprio de um universo de símbolos e representações.

A psicanálise — criação estruturada na medicina e numa “[...] verdade peculiar à literatura, que é em geral mais apropriada para a compreensão do homem que a própria ciência regular” (HERRMANN, 1999, p. 18) — também valida essa premissa para os sonhos. Ao estabelecer uma relação entre o sonho e a arte literária, Kaufmann (1996, p. 156) assegura: sonho é “escrita figurada”. Sonhar é uma maneira de exprimir palavras e frases por meio de figuras e sinais. Escrever é o caminho inverso. A justaposição entre esses “tipos de sonho” se daria pelas similitudes de suas metáforas, ou pelos usos dos mesmos “processos estilísticos”, como observa Certeau (1998, p. 183). Embora um seja um sonho sonhado enquanto se dorme e outro seja um sonho tecido em palavras, ambos são passíveis de interpretação.

Interpretar um sonho, aliás, significa indicar seu sentido e demanda uma atitude de criação poética (FREUD, 2013). E o “sonho escrito” que conduz este ensaio e possibilita uma análise à luz de conceitos da arquitetura e da psicanálise é *A obscena Senhora D* — uma novela da poetisa, ficcionista e dramaturga contemporânea brasileira Hilda Hilst (1930-2004), escrita em 1981. O livro conta a trajetória de uma mulher em estado de luto — Hillé — devido à morte do companheiro — Ehad. Inquieta, ela se retira da cena cotidiana (por isso, também obscena) e passa a viver no vão da escada da sua casa.

Compreendendo Arquitetura, Psicanálise e Literatura como veículos de expressão e constituição de novas subjetividades, nesse texto em prosa de Hilst, escritora declaradamente interessada pelos estudos da psicanálise e que tinha o “pai”, Sigmund Freud, como referência intelectual, viu-se a oportunidade de realizar um ensaio acadêmico, valendo-se da intersemiose para reunir conceitos e ideias de distintas áreas. O ensejo é não o de confrontar tais disciplinas já constituídas, mas vislumbrar algum objeto novo, que, porventura, não lhes pertença, como pensa Barthes (1988) ao discutir a interdisciplinaridade. Guiado pela prosa de Hilda Hilst, aqui o exercício se dá no sentido de, especificamente, refletir acerca do conceito do *desamparo freudiano* e especular seus possíveis rebatimentos na relação do humano com o espaço da arquitetura.

Freud explica: para experimentar o desamparo, basta nascer. Em um recém-nascido, este é um estado inicial, marcado pela dependência total e involuntária do infante para suprir suas necessidades

básicas e outras tensões. “O organismo humano é, a princípio, incapaz de promover essa ação específica. Ela se efetua por ajuda alheia” (FREUD, 1969, p. 431). Eis o desamparo original — registro da necessidade do outro por uma questão de sobrevivência.

Crescidos, os indivíduos ainda terão que admitir toda a extensão do seu desamparo perante as incertezas de se estar no mundo, pois “[...] não podem mais ser o centro da criação, o objeto de eterno cuidado por parte de uma Providência beneficente” (FREUD, 1969, p. 63). Portanto, vivem, essencialmente, desamparados.

O conceito de *desamparo freudiano* pode ser compreendido nas entrelinhas de uma angústia permanente; em uma busca constante e inconsciente por uma falta igual. É dependência biológica, mas também dependência de amor e desejo (ROCHA, 1999). É elemento estruturante da subjetividade e parte da condição humana. “E, por condição humana, entendo o nosso modo de ser situado no espaço e limitado pelo tempo, nosso modo de ser no incessante irreversível fluir da existência” (ROCHA, 2016, p. 143).

Hillé, *A obscena Senhora D*, é a personificação desse estado de desamparo. Quem a conhece sabe. E ela se apresenta agora, na particular escrita hilstiana.

Vi-me afastada do centro de alguma coisa que não sei dar nome nem por isso irei à sacristia, teófaga incestuosa, isso não, eu Hillé também chamada por Ehud A Senhora D, eu Nada, eu Nome de Ninguém, eu à procura da luz numa cegueira silenciosa, sessenta anos à procura do sentido das coisas. Derrelição Ehud dizia, Derrelição — pela última vez Hillé, Derrelição quer dizer desamparo, abandono, e porque me perguntas a cada dia e não reténs, daqui por diante te chamo A Senhora D. D de Derrelição, ouviu? Desamparo (p. 17)<sup>19</sup>.

Desamparados, marcados pela incompletude, seres humanos desejantes, a exemplo de Hillé, instintivamente tendem a buscar o que lhes falta. E buscam por amparo. Por vezes, logram encontrá-lo no espaço da arquitetura. Plausível, pois, como afirma Norberg-Schulz, um dos propósitos da arquitetura é fornecer um ponto de apoio existencial (NORBERG-SHULZ, 2008). E por que não dizer *fornecer amparo*?

---

<sup>19</sup> Todas as citações destacadas dos parágrafos, a exemplo desta, foram extraídas do livro *A obscena Senhora D* (HILST, 2001). Portanto, nestes casos, optou-se por mencionar apenas as páginas correspondentes à citação na referida obra.

Arquiteticamente, o símbolo maior do abrigo/amparo é a casa. Hipoteticamente, o primeiro abrigo arquitetado pelo humano foi “a casa de Adão no paraíso”. O dono, Adão, teria a construído para proteger-se da chuva, quando expulso do Éden. É o que confabula Rykwert (2003) ao teorizar acerca da cabana primitiva — esta que teria sido a origem de toda a arquitetura. Mas esse propósito puramente material e funcionalista não contempla toda a simbologia que uma casa representa, “[...] porque a casa é o nosso canto no mundo. Ela é, como se diz amiúde, o nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos” (BACHELARD, 2008, p. 24). Ela ultrapassa os limites do abrigo físico; conforma abrigo subjetivo de dimensão onírica. Ora, para todo ser não existe uma casa dos sonhos?

E como seria a casa dos sonhos da Senhora D? Por que teria ela se recolhido embaixo da escada? Por que abriu mão de algumas liberdades? Sua casa lhe sobrava? Ou não lhe era bastante? Decerto, algo devia lhe faltar.

Desde sempre a alma em vaziez, buscava nomes, tateava cantos, vincos, acariciava dobras, quem sabe se nos frisos, nos fios, nas torçuras, no fundo das calças, nos nós, nos visíveis cotidianos, no ínfimo absurdo, nos mínimos, um dia a luz, o entender de nós todos destino, um dia vou compreender, Ehud compreender o quê? isso de vida e morte, esses porquês (p. 17).

De “alma vazia”, A Senhora D busca respostas. Guiada por suas pulsões, tateia cantos.

Para Bachelard (2008, p. 145), “[...] todo canto de uma casa, todo espaço reduzido onde gostamos de nos encolher, nos recolher em nós mesmos, é, para a imaginação, uma solidão”. E em que consiste a solidão se não no mal-estar da falta? Teria sido este o impulso que direcionou Hillé a se refugiar no vão da escada? Teria sido esta uma tentativa de ela se separar do todo e minimizar, de alguma forma, sua aflição por se encontrar desamparada no mundo?

Quem a mim me nomeia o mundo? Estar aqui no existir da Terra, nascer, decifrar-se, aprender a deles adequada linguagem, estar bem não estou bem, Ehud ninguém está bem, estamos todos morrendo (p. 24).

É de completo desamparo a experiência humana, de incapacidade e impotência diante da marcha do tempo. Nessa inexorável marcha, a única certeza é a morte (ROCHA, 1999). Em palavras, Hillé expõe essa condição. Em ação, supõe-se que tenha sido levada a amenizá-la na espacialidade de um canto da sua casa.

Freud (2010, p. 18) diz que “[...] a casa para moradia constituiu um substituto do útero materno, o primeiro alojamento, pelo qual, com toda probabilidade, o homem ainda anseia, e no qual se achava seguro e se sentia à vontade”. A casa seria, portanto, mais uma dessas coisas que o ser humano fez surgir na Terra, “[...] como se fosse um recém-nascido desamparado” (FREUD, 2010, p. 18). Uma edificação com propriedades maternas, um arquétipo concebido para realizar desejos, através de um processo substitutivo e inconsciente.

D, primeira letra de Derrelição, doce curva comprimindo uma haste, verticalidade sempre reprimida (p. 29).

D de *desamparo*, mas, também, D de *desejo*<sup>20</sup>. Freudiano, inconsciente, desnaturalizado e lançado na ordem do simbólico, como adjetiva Garcia-Roza (1992). Desejo de retornar à completude da experiência espacial uterina; ao “paraíso” idealizado pelo psiquismo; ao estado oposto ao do desamparo. A recolhida de Hillé é marca simbólica desse desejo inscrita na realidade do espaço. Em sua ânsia por amparo, A Senhora Desamparada estabelece um elo com a escada-útero da sua casa-mãe.

Lixo as unhas no escuro, escuto, estou encostada à parede no vão da escada, escuto-me a mim mesma, há uns vivos lá dentro além da palavra, expressam-se, mas não compreendo, pulsam, respiram, há um código no centro, um grande umbigo, dilata-se, tenta falar comigo, espio-me curvada (p. 21-22).

*Escuro, parede, dentro, centro; umbigo!* Estas palavras definem um espaço que se dilata e convida a sair. Mas do útero ou da escada? De

---

20 Atente-se que esta construção frasal se faz possível em língua portuguesa, mas não nos escritos originais freudianos em língua alemã. Na língua-mãe do psicanalista, grafa-se, respectivamente, *Hilfflosigkeit* e *Traumdeutung* para se referir ao desamparo e ao desejo aqui abordados.

ambos? *Curvada*, como que um feto em sua plenitude, A Senhora D parece buscar pela experiência espacial primeira e de inteira satisfação: habitar o útero.

Mas habita-se o útero?

Desconheces quase toda tua totalidade, que contornos havia aos quinze anos aos vinte, lá dentro do ventre, que águas, plasma e sangue, que rio te contornava? Que geografia se desenhava no teu rosto, e o rosto daquela que te carregava na barriga, como era? Como te carregava essa que habitavas? (p. 65).

*Águas, plasma e sangue. Rio.* Um ventre biológico e geográfico. Cavidade e espaço em sentidos múltiplos. Habitável. A primeira experiência espacial da obscena Senhora D (e de todo ser). A primeira moradia humana. Lugar do amparo?

No curso do que aqui se ensaia, especula-se uma relação lógica: se vir a estar “fora do útero”, para a psicanálise, determina a condição de desamparo; vir a estar “dentro do útero” determinaria a condição de amparo. Especula-se mais: “estar dentro”; “encontrar-se contido” é um desejo. No intuito de realizá-lo, arquiteta-se para habitar um espaço interior. Afinal, “a essência do construir é deixar habitar”. Habitar é um “traço essencial do ser” (HEIDEGGER, 1954, s/p.). Habitar é, também, amparar-se.

À arquitetura é delegada a função de assegurar esse valor humano. Ela, como expressão perfeita de atributos do útero materno, segundo Coelho Netto (1984), teria decidido por privilegiar o espaço interior — sua preocupação primeira e fundamental. Por isso, através dos séculos, obedeceu à “[...] orientação de manipular por excelência um Espaço Interior concebido como oposição ao Exterior e com o que se procurava uma proteção necessária” (COELHO NETTO, 1984, p. 30). Proteção para além do real. Até mesmo ilusória. Simbólica.

Entende-se, pois, que fazer arquitetura é necessidade e desejo. Ou, em outras palavras, fazer arquitetura é atender a demandas físicas e psíquicas. É consciência e inconsciência; concretude e imaterialidade. E parece ser ainda mais que isso.

É Michel de Certeau (2009) quem diz que os *habitats* sucessivos nunca desaparecem; eles vivem invisíveis e presentes nas memórias e nos sonhos de cada pessoa. E esses *habitats* parecem ser

contados a partir do útero. Olivier Marc (1972) afirma que os construtores da cabana primitiva teriam sido levados a construí-la por perseguirem um modelo anterior ao nascimento: o interior do ventre materno, o qual se desenha no psiquismo como uma casa matriz. Arquetar, ou construir, assumiria, assim, o feitio de pulsão criativa, de resposta a demandas psíquicas, anseio de atender a determinada forma de morar, habitar, experimentar espaços; constitui especificidade do gênero humano, como diz Françoise Choay (2006). O ato de construir é um poder inerente à espécie. É competência genérica, à semelhança do advento da fala. É uma maneira de afirmar fidelidade ao espaço através de um processo criativo imprevisível. Nada mais é que uma consequência (CHOAY, 2006). Impulso natural e humano, já que o corpo reclama espacialidade; deseja ser envolvido espacialmente. Seria isto sintoma de desamparo?

Suportaria guardar no peito esse reservatório de desejos [...]? (p. 33).

A arquitetura se faz para proteger, porém “[...] não apenas das hostilidades ambientais, sua face mais visível, mas também em sua dimensão simbólica do desamparo que marca o humano frente à experiência de existir” (LEITÃO, 2007, p. 56). À arquitetura cabe a função de conceber um espaço-mãe capaz de acolher esse vazio do Eu com o vazio próprio da sua matéria: o espaço — objeto de realização de desejos; o Interior — lugar de memória e cavidade desde muito cedo apreendida; onde bem se deseja estar.

Esse espaço interior é o “protagonista da arquitetura” (ZEVI, 1997, p. 17). Ele é a reconstrução imagética da unidade particular onde o ser se sentia tão bem acolhido, diria Olivier Marc (1972). É o invólucro do humano privado; estrutura que sustenta suas ilusões. Tão significativo que é ali que os habitantes imprimem suas marcas. É ali que se apresentam os objetos de uso mais cotidiano, mas também “um mundo em que as coisas estão liberadas de ser úteis” (BENJAMIN, 2009, p. 45).

Deito sobre a palha do meu vão de escada, toco dentro das águas os peixes pardos, esfarelam-se, é preciso recortar novos, talvez deva usar um papel mais encorpado para resistirem mais tempo dentro d'água (p. 330).

“Habitar significa deixar rastros” (BENJAMIN, 2009, p. 46). E, no interior do seu simulacro uterino, A Senhora D vai deixando os seus. Ela afronta a racionalidade espacial, contraria a funcionalidade da casa, mora em um “buraco”, mas, no *seu* vão de escada, deixa rastros, visto que lá habita. Palha sobre o chão é leito. Peixe de papel dentro da água é representação de coisa viva. Elementos que dizem sobre a dimensão objetiva e a marca subjetiva, presentes tanto na construção do sujeito quanto na produção do espaço arquitetônico. Simbolizam uma profusão de “coisas inventadas”, seja na materialidade ou na imaterialidade, para atender aos desejos de um ser humano existencialmente desamparado. Representam um ponto de contato entre o conceito de *espaço*, para a arquitetura, e o de *desejo*, para a psicanálise; ambos contemplados pela noção de *vazio* (espacial), de *falta* (psíquica).

Retomando o fio narrativo da história contada por Hilst (2001), pode-se dizer que a morte de Ehud, na vida de Hillé, representa o ápice do seu estado de desamparo. Perder o companheiro acentuou sua excentricidade, no sentido de que, cada vez mais, ela foi sendo *afastada do centro de algo que não sabia dar nome*; foi sendo deslocada. E, acometida por um crônico “mal-estar moderno”, chegou a ponto de renegar completamente o espaço externo; enclausurou-se; trancou-se. Passou a viver para dentro. Do espaço e de si mesma. Narcísica, obscena e desamparada que é, retirou-se.

por que fecha sempre as janelas?  
e por que devo abri-las?  
e por que as abre de repente e assusta as gentes e grita?  
o corpo é quem grita esses vazios tristes (p. 32).

Será que se Freud analisasse a personagem da Senhora D concluiria que tamanho era o seu desamparo que ela procurou escapar por uma trajetória de regressão, tendo “um retorno da libido a anteriores pontos de interrupção de seu desenvolvimento”? (FREUD, 1996 p. 346). Afinal, Hillé não dá conta da sua adulez desamparada. Como mecanismo de defesa, talvez regresse na tentativa de encontrar alguma satisfação, ao eximir-se da responsabilidade de existir ou ao menos diminuí-la. Por isso, assume um comportamento infantil, torna-se inconsequente e impulsiva, prega peças na vizinhança, *assusta as gentes*. É puro instinto. Animaliza-se.

Casa da Porca, assim chamam agora a minha casa (p. 20).

Abro a janela enquanto ele se afasta, invento rouquidões, grunhidos, coxos, uso a máscara de focinhez e espinhos amarelos [...] (p. 32).

Por vezes, a Senhora parece criança, apesar da maturidade e da profundidade dos seus pensamentos. Cuidada por Ehud, age como típica criatura desamparada. Como se recém-nascida fosse, reclama a satisfação de seus desejos através de gritos e outros impulsos, mas não preenche o vazio do corpo nem o da alma. Em sessenta anos de busca, *numa cegueira silenciosa*, sinestesticamente foi parar embaixo da escada.

loucura é o nome da tua busca. esfacelamento.  
cisão.  
derrelição (p. 56).

Incompletude que a levou a improvisar refúgio naquele vão que deveria lhe prover algum conforto — sobretudo psíquico — e, ao menos, aliviar seu latente estado de desamparo. Simbólico casulo de Hillé.

Senhora D, é definitivo isso de morar no vão da escada? você está me ouvindo Hillé? olhe, não quero te aborrecer, mas a resposta não está aí, ouviu? nem no vão da escada, nem no primeiro degrau aqui de cima [...] (p. 18).

Não é definitivo, certamente. Ela sabe.

Agora que Ehud morreu vai ser mais difícil viver no vão da escada (p. 18).

Nomeada ao mundo a contragosto, mais uma vez Hillé perde sua “providência beneficente”, como definiu Freud (1969). Dadas as circunstâncias, será forçada a deixar o interior da escada-útero. Deverá arriscar-se no mundo, lá fora. Simbolicamente, nascerá de novo. E nascimento é expulsão, separação de unidade, imposição que se dá apesar dos desejos da mãe e do filho (MARC, 1972). Condição de extrema derrelição.

o que é Derrelição, Ehad?

vem, vamos procurar juntos, Derrelição Derrelição, aqui está: do latim, derelictione, Abandono, é isso, Desamparo, Abandono. Por quê?

porque hoje li essa palavra e fiquei triste

triste? Mesmo não sabendo o que queria dizer? (p. 35).

Força motriz inconsciente. Lacuna que deslocou A Senhora D existencial e espacialmente. Falta que inquieta e põe o ser em movimento. Vazio que implica em transitividade, em não permanência; que faz caminhar. Assegura Certeau (1998, p. 183): “Caminhar é ter falta de lugar. É o processo indefinido de estar ausente e à procura de um próprio”.

Por quais caminhos esta falta guiará Hillé? A que lugares a levará? A Senhora D encontrará um novo canto? Encontrará a si mesma?

A literatura não diz. Mas as ideias aqui discutidas sugerem que a desamparada senhora continuará reclamando espaço; abrigo para o corpo e para a alma em luto. Hillé não cessará sua busca por amparo. Movida pela incompletude que a define, seu desejo de conquistar um canto no mundo não findará. Diz Zeferino Rocha (2016, p. 145): “[...] se o desamparo era a sua miséria, a responsabilidade de ser livre e poder dar um sentido à sua vida é a sua grandeza”.

você vai achar, Hillé, seja o que for que você procura.

como você sabe?

porque nada nem ninguém aguenta ser assim perseguido (p. 35).

Seja como for, Hillé seguirá seu percurso, pois, desamparada, A obscena Senhora D deseja. Sempre inserida em uma cena espacial, supõe-se que sua profunda “vaziez” garantirá a perseguição por acolhimento físico e psíquico no espaço da arquitetura, na instância da literatura — a exemplo de todo ser humano, no espaço da arquitetura do mundo real.

Desamparo, Abandono, assim é que nos deixaste (p. 36).

## REFERÊNCIAS

- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins. Fontes, 1989.
- BARTHES, Roland. *Aula*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1988.
- BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- CHOAY, Françoise. Le De re aedificatoria et l'institution de la société. *In: Françoise CHOAY. Pour une anthropologie de l'espace*. Paris: Éditions du Seuil, p. 374-401, 2006.
- COELHO NETTO, José. *A construção do sentido na arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 1984.
- ECO, Umberto. Function and sign: semiotics of architecture. *In: LEACH, Neil. Rethinking architecture: a reader in cultural theory*. London, Routledge, 1997. p. 173-195.
- FORTY, Adrian. *Words and buildings: a vocabulary of modern architecture*. London: Thames & Hudson, 2004.
- FREUD, Sigmund. [1930]: *O mal-estar na civilização e outros textos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- FREUD, Sigmund. [1927]. *O futuro de uma ilusão*. Rio de Janeiro: Imago, 1969.
- FREUD, Sigmund. [1916]. Alguns tipos de caráter encontrados no trabalho psicanalítico. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- FREUD, Sigmund. [1916]. Conferência XXII: algumas ideias sobre desenvolvimento e regressão – etiologia. *In: S. Freud, Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 16). Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, Sigmund. [1907]. *O delírio e os sonhos na gradiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- FREUD, Sigmund [1900]. *O método de interpretação dos sonhos*. Porto Alegre: L&PM, 2013.
- FREUD, Sigmund. [1895]. *Projeto para uma psicologia científica*. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

- GARCIA-ROZA, Luiz. O desejo. *In*: Luiz Alfredo GARCIA-ROZA. *Freud e o inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 139-150, 1992.
- HEIDEGGER, Martin [1951. *Construir, habitar e pensar*. Bauen, Wohnen, Denken. Conferência pronunciada por ocasião da “Segunda Reunião de Darmstadt”, publicada em *Vortage und Aufsätze*, G. Neske, Pfullingen, 1954. Disponível em: <<www.proureb.fau.ufrj.br/jkos/p2/heidegger\_construir,%20habitar,%20pensar.pdf>>. Acessado em: 26 nov. 2017.
- HERRMANN, Fábio. *A psique e o eu*. São Paulo: Heryché, 1999.
- HILST, Hilda. *A obscena senhora D*. São Paulo: Globo, 2001.
- KAUFMANN, Pierre. *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- LEITÃO, Lúcia. Entra na tua casa: anotações sobre arquitetura, espaço e subjetividade. *In*: Lúcia LEITÃO e Luiz AMORIM. (Orgs.). *A casa nossa de cada dia*. Recife: Ed. Universitária UFPE, p. 47-70, 2007.
- MARC, Olivier. *La psychanalyse de la maison*. Paris: Éditions du Seuil, 1972.
- MARKUS, Thomas; CAMERON, Deborah. *The words between the spaces: buildings and language*. London and New York: Routledge, 2002.
- NORBERG-SCHLLZ. O fenômeno do lugar. *In*: Kate NESBITT. (Org.). *Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teoria (1965-1995)*. 2. ed. rev. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- ROCHA, Zeferino. *Desamparo e metapsicologia: para situar o conceito de Desamparo no contexto da metapsicologia freudiana*. *In*: *Síntese - revista de filosofia*. Belo Horizonte, v. 26, n. 86, p. 331-346, 1999.
- ROCHA, Zeferino. Freud e o desamparo (*Hilflosigkeit*). *In*: Zeferino ROCHA. *Ensaios psicanalíticos com interface com a filosofia*. Recife: Cepe, p. 133-148, 2016.
- RYKWERT, Joseph. *A casa de Adão no paraíso*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- SOUZA, Paulo César de. *As palavras de Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ZEVI, Bruno. *Saber ver a arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

## 8. O DESAMPARO FALTA DE FILIAÇÃO E PERTENCIMENTO DAS CRIANÇAS E JOVENS EM SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO

Jully Gomes Ribeiro

### INTRODUÇÃO

A história dos espaços de serviço de acolhimento teve início com as crianças indígenas, no período colonial. Segundo Berger (2005), em 1927 foi criado o primeiro Código de Menores, que cuidava das questões de higiene e da delinquência. Até que, em 1990, ocorreu a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990). A partir disso, as crianças e os adolescentes passaram a ser considerados indivíduos com direitos, o que fez surgir as instituições voltadas ao serviço de acolhimento, com o formato que predomina até hoje.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a casa de acolhimento para crianças e jovens deve ser um local de passagem, pois ela possui caráter provisório e excepcional, de maneira que esse período de delonga não deve se prolongar por mais de dois anos. Essa casa tem por incumbência oferecer uma experiência de cuidado e aceitação, deve ser um lugar onde as crianças e os jovens assistidos possam receber apoio e segurança, participando plenamente da vida cidadã.

Além do Estatuto da Criança e do Adolescente existe a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), que, em 2017, lançou sua quarta edição. Ambos representam, ou deveriam representar uma

ruptura em relação ao antigo modelo segregacionista de confinamento de crianças e adolescentes em grandes instituições e precisam assegurar algumas alternativas de proteção especial à criança e ao jovem vulnerabilizados, em programas de apoio à convivência familiar e comunitária em abrigos.

A identidade da criança e do adolescente nesse tipo de instituição está ameaçada pelo afastamento, quase sempre traumático, de suas referências de filiação e de pertencimento familiar e comunitário, além da sua “casa de origem”. Sua timidez ou sua tristeza podem expressar muitas dúvidas e medos, causados pelo desamparo físico e emocional. Todas as mudanças ameaçam o autorreconhecimento da criança. “O que deveria ser um lugar de proteção —valorizado e útil nas emergências sociais — é considerado um lugar inadequado, que não merece apoio social” (GUARÁ, 2010, p. 60). Sendo assim, a casa, que é um espaço idílico, deve buscar muito mais do que responder a questões materiais, diz respeito a filiação e pertencimento do usuário com o lugar. Cordeiro (2015) afirma que a casa é o refúgio e lugar de reconhecimento do homem. Ela está na origem da construção dos indivíduos; dessa forma, tem-se que a relação do indivíduo com sua moradia é um dos elementos construtivos do processo formador da identidade.

[...] parece-nos que essa casa primeira carrega em si mesma mais que a concepção de abrigo. Nela, residem os mais profundos elementos construtivos da alma humana. Nesta casa-símbolo, encontramos a própria representação do indivíduo, e ela se apresenta como lugar de nascimento — e também de pós-morte — de onde todos viemos e também para onde desejamos retornar (CORDEIRO, 2015, p. 14).

Segundo Guará (2010), todas as pessoas precisam sentir que fazem parte de um grupo, no qual elas são aceitas e apoiadas. Essa convivência auxilia no processo de compreensão, colaboração, partilha e superação das dificuldades. O grupo auxilia no desenvolvimento dos sentimentos de filiação, pertencimento e segurança. Quando não há essa participação ou ela é mal orientada, pode resultar em tentativas de uso de força e submissão de alguns aos demais, ocasionando violência e humilhação, causando prejuízos muito graves ao desenvolvimento socioemocional do jovem assistido, que já está inserido em um espaço social segregador.

## DESAMPARO

Para os gregos, a palavra que melhor traduz a noção de desamparo é *amechania*, “[...] na sua forma substantiva (que quer dizer *carência, falta, situação difícil*), e *amechanós* em sua adjetiva, que significa *incapaz, impotente, que não dispõe de recursos, que não consegue sair da situação difícil em que se encontra*” (ROCHA, 2008, p. 134, destaques meus).

Para Rocha (2008), a experiência estruturante marca o homem naquilo que o singulariza como sujeito. Pode-se dizer que o homem é resultado das mais profundas e verdadeiras experiências. Segundo as suas próprias palavras:

Através da experiência do desamparo, o homem penetra no mais íntimo de sua singularidade e faz, na mais nua e completa solidão, a descoberta da contingência e da finitude de sua existência. Difícil imaginar uma forma de solidão maior e mais dolorosa do que aquela do desamparado (p. 135).

O sentimento de incapacidade é a essência do desamparo, que constitui a incapacidade de o sujeito conseguir encontrar uma saída sozinho, é “[...] um grito de ajuda lançado na direção do outro” (ROCHA, 2008, p. 135). Quando esse grito fica sem resposta, ele se transforma em desespero, circunstância que o difere do medo, este é momentâneo, passageiro, enquanto o desamparo é um estado ou uma marca própria da condição humana.

Mas o desamparo não é produzido apenas pela consciência da vulnerabilidade do sujeito com relação ao outro. O desamparo assinala a falta (de algo), que pode ser de natureza imaterial, podendo gerar sentimentos como o medo e a angústia. Como elemento estruturante, no entanto, o desamparo se torna incontornável para a emergência da subjetividade.

Estar desamparado é estar sem ajuda, sem recursos diante dos acontecimentos, o que implica em um reconhecimento de certa forma de impotência. Para Freud, o desamparo é experiência estruturante da subjetividade psíquica do ser humano, chega-se a essa conclusão diante do contexto da experiência como forma de compreensão e saber.

De acordo com Freud, o ser humano é “lançado ao mundo desamparado” quando “rompe” o cordão umbilical com sua mãe, deixando sua “casa”, o útero. O desamparo trata de uma perda, o bebê deixa de estar na sua primeira morada, o útero, o que acaba gerando uma busca eterna do que se perdeu, sendo ela estrutural e estruturante. Para Rocha (2008, p. 135) é “[...] difícil imaginar uma forma de solidão maior e mais dolorosa do que aquela do desamparo”.

## FILIAÇÃO E PERTENCIMENTO

O processo de filiação diz respeito a uma questão social, que segundo alguns autores, resulta em um reconhecimento do lugar do jovem na sociedade e na família, o que mostra que esse processo não se fundamenta apenas na formação biológica do indivíduo.

De acordo com Sequeira (2005), em seu estudo de diferentes comunidades primitivas, pode-se comprovar que várias configurações priorizam o laço social, as leis simbólicas que sustentam a filiação e o pertencimento, que vai além do biológico. Ou seja, a filiação é um laço social, por meio do qual a sociedade insere as crianças e os jovens em sua rede simbólica. As regras de filiação nunca são naturalmente fundadas, mostrando que o que é reconhecido como novo, de certa maneira, foram experiências já vividas em outras sociedades, fazendo com que permaneça sempre o “domínio” da estrutura social sobre o indivíduo.

Sendo assim, o papel da família diz respeito ao pertencimento e à filiação. A família tem como função transmitir os valores daquele grupo social e garantir o pertencimento ao indivíduo, fazendo com que ele possua lugar nesse grupo. “O que sustenta uma pessoa são laços simbólicos, que lhe dão pertencimento, ordenação e valores” (SEQUEIRA, 2005, p. 136). Ou seja, o fundamental é a rede simbólica na qual os jovens em instituições de serviço de acolhimento precisam ser inseridos. Faz-se necessário refletir se o sistema de acolhimento vem falhando em seu papel simbólico ou se a sociedade não vem garantindo estrutura simbólica que sustente esses jovens e os membros dessa sociedade.

As relações das pessoas com o espaço em que vivem, além da experiência física, expressam uma forte experiência psicológica. Existem alguns espaços detentores de qualidades, e eles passam a

ser percebidos pelas pessoas como *lugar*, o que os tornam especiais, permitindo distinguir o espaço do lugar.

É possível aceitar-se, então, que, por trás da identificação de um lugar encontre-se presente todo um processo de valoração do espaço, que pode muito bem ser atribuído à percepção que as pessoas têm (ou que virão a adquirir) a respeito desse espaço (CASTELLO, 2007, p. 12).

A ausência de apoio social e econômico predomina nos espaços destinados ao serviço de acolhimento, acarretando problemas, como a falta de estrutura física e emocional, para receber esses jovens. Isso faz pensar que não existe garantia de pertencimento igual para todas as pessoas. Há quem afirme que existem consequências quando não há reconhecimento da filiação, quando existe recusa em oferecer uma identidade<sup>21</sup>.

Com relação aos fatores externos, de acordo com Sequeira (2005), autores como Sennett analisam a sociedade atual como intimista, narcisista e individualista, fazendo com que as pessoas se voltem para interesses pessoais, deixando de lado as ideias do “bem comum”. Isso se acentua nas camadas mais pobres da sociedade, na qual os jovens em vulnerabilidade social estão inseridos. Esses jovens vulneráveis sofrem as consequências das desigualdades sociais; sem parâmetros de vínculos afetivos com a família e com as demais atmosferas de socialização; sem acesso a educação, saúde, lazer, cultura, trabalho e alimentos; explorados com trabalho infantil; sem perspectiva de futuro profissional; com tendência para ingressar no mundo do tráfico e das drogas (ABRAMOVAY *et al.*, 2002).

## JOVENS EM VULNERABILIDADE SOCIAL

Nos dias de hoje, além da “perda do útero”, as crianças enfrentam a “ausência” da infância, pois, de acordo com Birman (2005), a temporalidade da juventude se alterou de forma substantiva. Ela tem início precoce na infância e término tardio na fase adulta. Essa mudança ocorreu em todas as camadas sociais da população, mas se acentua nas classes mais populares, pois são lançadas muito cedo, de

---

<sup>21</sup>A propósito, ver os trabalhos de Françoise Héritier.

maneira brutal, na experiência social, que não corresponde com sua idade biológica.

[...] as classes populares são arrancadas, há muito tempo, de sua condição infantil muito precocemente, premidas que são pelo imperativo da sobrevivência. As crianças frequentam pouco a escola e quando o fazem são obrigadas a trabalhar de alguma forma, para colaborar com a renda familiar (BIRMAN, 2005, p. 2).

Isso se afirma a partir dos dados da pesquisa da Fundação Abrinq (2017), que mostra que o Brasil tem cerca de 2,6 milhões de crianças e adolescentes (entre 5 e 17 anos) em situação de trabalho infantil.



**FIGURA 01– CRIANÇAS TRABALHANDO NA PRAIA DE BOA VIAGEM, RECIFE-PE.**

**FONTE:** Disponível em: <http://jc.ne10.uol.com.br/blogs/jcnasruas/2015/08/21/trabalho-infantil-constitui-cena-comum-em-metro-praias-e-ruas-do-recife/>. Acesso em: 1º ago. 2018.

Em crianças e jovens abandonados, esse processo se torna ainda mais doloroso e acentuado, pois eles sofrem essa perda comum a todos os bebês, que é deixar o útero da mãe, e são “jogados” em um ambiente hostil, sem reconhecimento familiar e social, sem filiação, e é esse processo que gera o reconhecimento do lugar da criança e do jovem na sociedade.

Na infância, tecem-se os fios da identidade, a memória das coisas, das oportunidades, abertas ou fechadas, que conformam o que somos e o que podemos ser num campo simbólico de boas lembranças e também esquecimentos (GUARÁ, 2010, p. 63).

O desamparo social/parental produz corpos em errância, corpos desprovidos da capacidade de estabilizar o movimento próprio aos sujeitos (GUARÁ, 2010). Ao crescer, esses jovens em vulnerabilidade social podem desenvolver um sentimento de incapacidade ainda mais acentuado.

Todas as pessoas preservam a memória pessoal, lembrando quem foi, como foi, com quem se relacionou. Portanto, o que se passou é de fundamental importância para determinar para onde se vai e o que se quer ser no futuro. Crianças e jovens abandonados, na maioria das vezes, trazem em sua história de vida experiências de opressões e de humilhação, provocadas por outras crianças ou adultos. A baixa autoestima é agravada por atitudes de indiferença ou crítica e pela estigmatização do sofrimento na forma de provocações (GUARÁ, 2010).

Carregamos, junto com o nome, uma história, um lugar no desejo do outro. Ser filho de alguém deixa marcas fundamentais para a estruturação de um sujeito; há um trabalho de subjetivação a ser feito por cada um de nós que nos torna únicos, mas também nos une aos que nos precederam e nos permitem fazer laços sociais (SEQUEIRA, 2005, p. 140).

No caso dos jovens abandonados, o estado de desamparo é mais explícito, devido a uma sequência de perdas e rejeições. Esse transcurso resulta em uma rede simbólica conturbada, interferindo no processo de filiação e pertencimento dos jovens com o espaço em que vivem, com a sociedade e com eles mesmos, e tendo como consequência uma experiência de desamparo ainda mais intensificada, e constante.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o período colonial, as instituições que correspondiam às casas de acolhimento dos dias de hoje recebiam crianças e jovens considerados “perigosos”. Eles eram rejeitados pela sociedade, como as crianças indígenas ou os filhos de relações “ilegítimas”, fora do casamento, entre senhores de engenho e escravas. Isso mostra que, desde os primórdios, as crianças “indesejadas”, em sua maioria advindas das camadas mais pobres, são negadas pela sociedade.

O “percurso” dessas crianças e desses jovens acaba sendo a inserção em uma rede conturbada, constituída por laços sociais e afetivos enfraquecidos, o que pode resultar na falta de reconhecimento com o espaço onde vivem, com a sociedade e com sua própria identidade.

Guará (2010) afirma que a procura de um caminho para a formação da infância em espaços não familiares visibiliza um quadro que expõe a instituição de acolhimento ao risco de se tornar novamente um ambiente ambivalente de socorro social de disciplina-mento, levando a entender que tanto o sistema de acolhimento vem falhando em seu papel simbólico quanto a sociedade não vem garantindo estrutura socioafetiva que sustente esses jovens, membros da sociedade.

Há um descaso relacionado a questões que estão ligadas ao desamparo, por parte da rede responsável pela estrutura simbólica desses espaços. A fim de tentar minimizar essa situação, faz-se necessário que as políticas públicas existente sejam revisadas e aplicadas de maneira correta. Isso é só um subsídio para tentar solucionar as questões ligadas à vulnerabilidade das crianças e dos jovens em situação de abandono social, não sendo o suficiente para suprir o estado de desvalimento a que estão submetidos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Miriam, *et al.* *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: Unesco Brasil, 2002.
- BERGER, Maria. “Aspectos históricos e educacionais dos abrigos de crianças e adolescentes: a formação do educador e o acompanhamento dos abrigados”. *HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 18,

- p. 170-185. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis18/art17\\_18.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis18/art17_18.pdf)>. Acesso em: 23 mar. 2017.
- BIRMAN, Joel. *Tatuando o desamparo: a juventude na atualidade*. Disponível em: < [http://www.janehaddad.com.br/arquivos/tatuando\\_o\\_desamparo.pdf](http://www.janehaddad.com.br/arquivos/tatuando_o_desamparo.pdf)>. Acesso em: 07 ago. 2018.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Lei Orgânica da Assistência Social*, Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 4. ed., atualizada em 30 de janeiro de 2017. Disponível em: <[www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/.../LoasAnotada.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/.../LoasAnotada.pdf)> Acesso em: 30 jul. 2018.
- BRASIL. Presidência da República. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente*, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, publicada no Diário Oficial da União. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)> Acesso em: 13 set. 2017.
- CASTELLO, Lineu. *A percepção do lugar: repensando o conceito de lugar em arquitetura-urbanismo*. Porto Alegre: Propar-UFRGS, 2007.
- CORDEIRO, Nilson. *A casa em verso e prosa: canções, poesias e subjetividade do conceito de casa*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2015, 120 f.
- GUARÁ, Isa. Abrigo - Comunidade de acolhida e socioeducação. *In: Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação*. 2. ed. São Paulo: Associação de Pesquisadores dos Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente (Neca), 2010. p. 59-68.
- ROCHA, Zeferino. Freud e o Desamparo. *In: Ensaios psicanalíticos em interface com a psicanálise*. Recife: Cepe, 2016. p. 131-148.
- SAFATLE, V. *O círculo dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. 2. ed. rev. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- SEQUEIRA, Vania. (2005). *Vidas abandonadas: crime, violência e prisão*. Tese de Doutorado em Psicologia Social. PUC – São Paulo, 189 f. Disponível em: <<http://www.bdae.org.br/dspace/bits-tream/123456789/2062/1/tese.pdf>> Acesso em: 30 jul. 2018.

## 9. SOBRE OS AUTORES

### *Ana Carolina Albuquerque da Silveira Barros*

Arquiteta, Mestre em Desenvolvimento Urbano pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano (PPG-MDU) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/2020), Pós-graduada no curso de Gestão de Cidades e Planejamento Urbano pela Universidade Cândido Mendes (Ucam) e graduada no curso de bacharelado em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Ciências Humanas (Esuda).

### *Antonio Paulo Rezende*

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas, doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutorado também pela USP. Com diversos textos e livros publicados, desenvolve atualmente suas atividades como professor no Programa de Pós-graduação em História na Universidade Federal de Pernambuco.

### *Guilherme Nobre da Cruz*

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pernambuco, curso-técnico-profissionalizante em Design de Interiores pela Escola Técnica Estadual Cícero Dias, curso técnico-profissionalizante em Transações Imobiliárias pelo Instituto de Formação Técnica de Pernambuco (Infortec) e curso técnico-profissionalizante em Administração pela Escola Técnica Estadual Cícero Dias. Tem experiência na área de Artes, com ênfase em História da Arte. É membro do NusArq.

### *Giovana Helena de Miranda Monteiro*

Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Analista de Sistemas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e designer de interiores pelo Instituto de Arte e Projeto (INAP); Doutora em Development Planning pela University College London (UCL-Bartlett-DPU); Mestre em Teoria, Produção e Experiência do Espaço (NPGAU-UFMG); trabalha desde 2013 com análise e elaboração no setor de Projetos da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel); e, desde 2012, leciona disciplinas de Projeto no curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Minas. É membro do NusArq.

### *Humberto Lima*

Arquiteto e administrador pela Universidade de Pernambuco, e Mestre em Desenvolvimento Urbano pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (PPG-MDU), na linha de pesquisa Arquitetura e Urbanismo.

### *Jully Gomes Ribeiro*

Arquiteta pelo Centro Universitário (Cesmac). Atua como arquiteta principal no escritório Navarro Ribeiro Arquitetura e como arquiteta colaboradora no escritório Fabrícia Freire Arquitetura. É pós-graduada em Design de Interiores pelo Instituto de Pós-graduação (Ipog) e Mestre em Desenvolvimento Urbano, com ênfase em Arquitetura, pela Universidade Federal de Pernambuco (PPG-MDU-UFPE). Possui experiência na área de projetos arquitetônicos e de design de interiores, além de estudos a respeito da relação entre a arquitetura e o espaço habitado.

### *Lia Sabino*

Engenheira ambiental, Mestre em Desenvolvimento Urbano (PPG-MDU) na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e doutoranda no mesmo programa. Tem experiência com pesquisa em Memória Coletiva e Cidade, sendo graduanda em Arquitetura e Urbanismo também na Universidade Federal de Pernambuco. É membro do Nusarq.

### *Lúcia Leitão*

Arquiteta e urbanista, é Doutora em Arquitetura pela Universidade do Porto (FAUP). Realizou estágio pós-doutoral na Université Paris-Descartes, Paris V, Sorbonne (2010-2011). Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) desde 2007, tem especial interesse pela investigação sobre as interfaces conceituais entre a arquitetura e a psicanálise, área na qual tem diversos artigos e livros publicados, dentre os quais se destaca *Onde coisas e homens se encontram: cidade, arquitetura e subjetividade* (Annablume, 2014). É professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) atuando no curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo e no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU), onde fundou e lidera o NusArq desde 2004.  
E-mail: lucia.leitao@ufpe.br

## 10. SOBRE O NUSARQ NÚCLEO DE ESTUDOS DA SUBJETIVIDADE NA ARQUITETURA

O NusArq surgiu em 2004 como parte do trabalho de pesquisa desenvolvido pela professora Lúcia Leitão, cujo foco tem sido a expressão da subjetividade — tal como a entende a teoria psicanalítica — na arquitetura.

O objetivo principal da criação do Núcleo foi propiciar um espaço acadêmico de investigação, de discussão e de divulgação de ideias, de textos e de projetos numa linha de pesquisa — arquitetura e subjetividade — tão importante quanto ainda incipiente na realidade acadêmica brasileira.

Oficialmente registrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, o *NusArq* acolhe pesquisadores e estudantes de graduação, de mestrado e de doutorado, além de realizar supervisão em nível de pós-doutoramento. Recentemente vem ampliando o número de pesquisadores permanentes que atuam como parceiros, bem como vem estendendo a sua participação a outros grupos de pesquisa. Entre estes últimos, destaca-se o RITe, coordenado pelo professor Artur Rozestraten, na Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo em parceria com a Université Jean Moulin, Lyon 3, França.

Nesse contexto de cooperação acadêmica, membros do NusArq, em especial as professoras doutoras Lúcia Leitão e Julieta Leite, esta última pesquisadora do Núcleo desde 2015, ambas integrantes do

PPG-MDU e vêm participando dos colóquios internacionais promovidos por essas instituições, em especial dos colóquios internacionais denominados *Imaginaire, Habiter et Construire la Terra* (IHCT), realizados em São Paulo (2015) e em Lyon (2017). Em 2019, o evento aconteceu em São Paulo e também no Recife. O NusArq organizou o evento, realizado no *campus* da UFPE, aberto a toda a comunidade acadêmica, inclusive aos alunos de cursos de graduação, e contou com a participação efetiva de alunos e pesquisadores do grupo de pesquisa, bem como de pesquisadores da FAUUSP e da Université Jean Moulin (Lyon 3).

Nesses já dezessete anos de existência, o NusArq vem realizando o objeto ao qual se propôs com a realização ininterrupta de pesquisas sobre as interfaces conceituais entre a arquitetura e a psicanálise, todas aprovadas pelo CNPq, com a realização de ciclos de conferências para apresentação e discussão dos temas pesquisados, com a orientação de bolsistas de Iniciação Científica, de mestrandos e doutorandos, bem como com a oferta de disciplinas específicas no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano (PPG-MDU).

Por fim, destacam-se ainda a publicação dos livros produzidos pelo Núcleo: *A casa nossa de cada dia* (2007); *Discutindo o imaginário*, (2015), obras coletivas resultantes das pesquisas referidas anteriormente; *Quando o ambiente é hostil* (Leitão, 2009 e 2014), todos esses publicados pela Editora da UFPE e ainda *Onde coisas e homens se encontram: cidade, arquitetura e subjetividade* (Leitão, 2014), publicado pela Annablume e lançado na *Festa Literária de Parati* (Flip), em 2016, em mesa formada pela professora Lúcia Leitão e pelo professor Francesco Careri (Università Roma Tre).

Mais recentemente, o NusArq vem participando das redes sociais, especialmente do Instagram (@NusArq).

*Título* Cidade, Arquitetura e Desamparo: Uma abordagem psicanalítica da edificação do ambiente construído  
*Autoria* Lúcia Leitão Santos [Organizadora]  
*Formato* E-book (PDF)  
*Tipografia* Open Sans (texto) Open Sans (títulos)  
*Desenvolvimento* Editora UFPE



Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 | Várzea, Recife-PE  
CEP: 50740-530 | Fone: (81) 2126.8397  
E-mail: [editora@ufpe.br](mailto:editora@ufpe.br) | Site: [www.editora.ufpe.br](http://www.editora.ufpe.br)



**PROGRAD**  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO